



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

1º semestre de 2023

SUMÁRIO

A EMPRESA.....	2
INDICADORES RELEVANTES.....	2
MENSAGEM DA DIRETORIA	3
I. DESEMPENHO OPERACIONAL	5
I.1 CONCESSÃO DE CRÉDITO	5
I.2 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO	7
I.3 GESTÃO DE FUNDOS	8
II. DESEMPENHO FINANCEIRO.....	11
III. DESTAQUES DA GESTÃO.....	13
ADMINISTRAÇÃO EM 30/06/2023	17

A Empresa

A Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. foi constituída a partir da transformação do Desenbanco – Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S.A. em Agência de Fomento, em 2001, conforme Lei Estadual nº 7.133, de 21 de julho de 1997, alterada pela Lei Estadual nº 7.935, de 9 de outubro de 2001. Constituída como pessoa jurídica de direito privado, de capital fechado, tem o Estado da Bahia como acionista majoritário. Funciona com autorização do Banco Central do Brasil e, na condição de instituição financeira de fomento, está subordinada à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional.

A Agência opera de forma alinhada com as políticas públicas estaduais e tem por objeto apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social no estado da Bahia, mediante a concessão de empréstimos e financiamentos de capital fixo e de giro, assim como a prestação de garantias e serviços de agenciamento financeiro, de administração de fundos de desenvolvimento e de consultoria, notadamente aos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Estado.

Sediada no município de Salvador, a Desenbahia dispõe de oito Gerentes de Desenvolvimento, sendo um deles alocado em Salvador para atender a Região Metropolitana, e sete alocados fora da capital, de modo a atender a todos os municípios baianos. Encontram-se distribuídos nos municípios de Barreiras, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Teixeira de Freitas, Juazeiro e Vitória da Conquista.

Indicadores Relevantes

Em 30/06/2023:

<i>Capital Social Integralizado</i>	<i>R\$ 588,2 milhões</i>
<i>Ativo Total</i>	<i>R\$ 1.080,5 milhões</i>
<i>Patrimônio Líquido</i>	<i>R\$ 721,0 milhões</i>
<i>Lucro Líquido</i>	<i>R\$ 23,8 milhões</i>
<i>Carteira de Operações de Crédito</i>	<i>R\$ 626,7 milhões</i>
<i>Liberações no período</i>	<i>R\$ 68,0 milhões</i>
<i>Número de liberações no período</i>	<i>1.766</i>

Mensagem da Diretoria

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, voltamo-nos à sociedade baiana, com particular destaque aos nossos acionistas, clientes - empresários, produtores rurais, gestores públicos municipais, microempreendedores – e trabalhadores em geral - todos responsáveis pela direção e força do desenvolvimento da Bahia -, no intuito de apresentar o desempenho operacional e o resultado financeiro da Desenbahia no 1º semestre de 2023.

Nos primeiros seis meses do ano vigente, iniciamos a saída de um período de extrema complexidade e incertezas devido a fatores como a recuperação das atividades pós pandemia da Covid-19, as consequências econômicas globais do conflito entre Rússia e Ucrânia e; no Brasil, oscilações políticas com eleições muito polarizadas. As variáveis macroeconômicas brasileiras mostraram crescimento modesto do Produto Interno Bruto que avançou na variação real de 12 meses de 2,9% para 3,3%; taxa de inflação com melhora no intervalo de 12 meses, reduzindo de 5,79% (dez/22) para 3,16% (jun/23); e continuidade da taxa básica de juros em níveis elevados (Selic – 13,75% a.a. ao final do semestre).

A Desenbahia manteve-se fiel à sua Missão de *‘viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana’*, e, para tanto, concentrou-se nos seus principais objetivos: apoiar empreendimentos na Bahia por meio da concessão de crédito, administrar fundos e prestar serviços de agenciamento financeiro.

A Desenbahia liberou R\$ 68,09 milhões, sendo R\$ 43,7 milhões de Recursos Próprios (RP); R\$ 22,7 milhões provenientes do Sistema BNDES/Finame; R\$ 865 mil do Fundo Geral de Turismo – Fungetur; e R\$ 759 mil do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé.

Adicionalmente, com recursos do Fundese, foram liberados R\$ 60,2 milhões.

A Administração da Agência manteve estratégia de cautela no que tange às despesas administrativas, a possíveis elevações sobre riscos de crédito e operacional, e à qualidade e rentabilidade dos valores mobiliários, permitindo atingir Lucro Líquido de R\$ 23,87 milhões em 1S23.

Novamente, a Desenharia participou do maior evento do Norte e Nordeste voltado para o agronegócio, o *Bahia Farm Show*, e que vinha ocorrendo de modo virtual nos últimos anos de pandemia. O evento historicamente é de grande importância para a Desenharia, uma vez que as prospecções de linha de crédito e ações de fomento da feira como um de seus focos de atendimento os segmentos de grãos e algodão, e de café, ambos com relevante participação na carteira ativa da Agência. Em 2023 foram captados R\$ 258,5 milhões em proposta nos dias do evento, valor este que supera em 45% a captação do ano anterior.

Nas próximas seções deste documento, serão detalhados os resultados obtidos pela Agência, assim como os destaques da gestão organizacional que marcaram o semestre.

Agradecemos ao Governador Jerônimo Rodrigues, aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria pela confiança no nosso trabalho, assim como pelo apoio e contribuições. Aproveitamos o ensejo para encaminhar aos colaboradores nosso reconhecimento pela dedicação e eficiência.

I. Desempenho Operacional

I.1 Concessão de Crédito

No primeiro semestre de 2023 houve liberação no montante de R\$ 68,09 milhões referente à carteira Desenhahia sendo: R\$ 43,7 milhões de Recursos Próprios (RP), ou 64,2% do total; R\$ 22,7 milhões provenientes do Sistema BNDES/Finame, ou 33,3%; R\$ 865 mil do Fundo Geral de Turismo – Fungetur, 1,27%; e R\$ 759 mil do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira – Funcafé, ou 1,12%. Na razão comparativa com o mesmo período do ano passado, houve superavit de 27,7% na liberação em 1S23.

Em termos quantitativos, foram 1,76 mil concessões de crédito ao longo do semestre, sendo o percentual mais significativo as operações de microcrédito do programa CrediBahia via Recursos Próprios, que alcançaram 1,59 mil liberações vinculadas à carteira Desenhahia. Relativo a números totais da carteira de crédito, houve acréscimo de 4% comparado ao mesmo período de 2022, encerrando o período com 5.218 clientes ativos na carteira Desenhahia.

Quanto a critérios de análise da carteira Desenhahia, relativos à distribuição setorial da economia observa-se que a parcela destinada ao segmento privado, R\$ 64,1 milhões, absorveu 94,1% do total das liberações, tendo ficado a parcela de R\$ 3,98 milhões, ou seja 5,8% do total, destinada ao segmento da administração pública – financiamento a municípios. Com essa segunda parcela, foram atendidas as demandas de liberação de oito municípios baianos. No segmento privado, o setor de Comércio e Serviços foi o que mais se beneficiou com liberações, uma vez que recebeu R\$ 35,3 milhões, representando 51,9% do total liberado. A Agropecuária recebeu R\$ 15,9 milhões (23,4% do total) e a Indústria, R\$ 12,8 milhões (18,82%).

Seguindo a estratégia definida pela agência de interiorizar e democratizar a aplicação de recursos na economia, a Desenhahia priorizou suas ações para as operações de microcrédito e demais realizadas com pessoas físicas (produtor rural, em particular). Para essa categoria, foram conduzidos R\$ 20,1 milhões (equivalente a 29,6% das liberações totais do exercício). Apenas para o programa CrediBahia, foram R\$ 12,5 milhões, em 1,59 mil liberações. Para os empreendimentos classificados entre micro e pequeno-médio porte (empresariais e rurais), foram direcionados R\$ 26,6 milhões, ou 39,1% das

liberações. Os empreendimentos de grande e médio portes se beneficiaram com liberações de R\$ 19,8 milhões (29,1% do total).

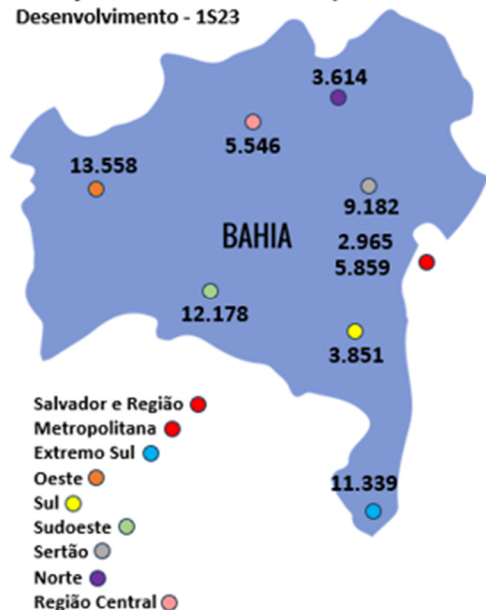
Em termos de distribuição espacial, a maior parcela das liberações realizadas no período em análise, 87,04% do total, foi dirigida para o interior do estado, direcionando-se para a Região Metropolitana de Salvador (RMS) a parcela de 12,9%. Esse fenômeno alinha-se com a orientação do Governo em interiorizar o crédito, contribuindo, assim, para o desenvolvimento econômico mais bem distribuído espacialmente.

Destaca-se ainda como ações que contribuíram para o desempenho operacional positivo no período: o projeto piloto intitulado “Credimais Conexão” que possuiu como objeto o atendimento via concessão de crédito para clientes especiais egressos do programa CrediBahia, dando oportunidade de acesso a valores a micro e pequenas empresas, que excedem o teto do PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo; a iniciativa do Programa de Fidelização da Desenbahia, trabalhando de forma efetiva a carteira de clientes já existentes; e a utilização do Programa FGI PEAC, possibilitando a ampliação do acesso ao crédito a MPMEs através da concessão de garantias em financiamento que o programa disponibiliza.

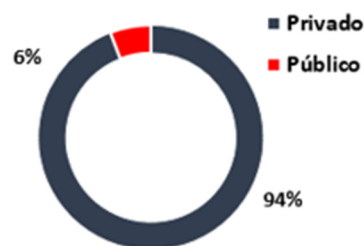
Sobre o CrediBahia, o programa é o resultado de uma parceria constituída pela Desenbahia, SETRE - Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esportes, SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico e SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, e os Municípios.



Liberações Desenhahia em R\$ Mil por Gerência de Desenvolvimento - 1S23



Liberações por Tipo de Setor - Desenhahia



I.2 Recuperação de Crédito

Foram renegociados 113 contratos (exceto Microcrédito). Na Carteira Desenhahia: 32 contratos, sendo 11 liquidados e 21 repactuados, com novas condições de pagamento; na Carteira FUNDESE: 81 contratos, sendo 27 liquidados e 54 repactuados, com novas condições de pagamento. Foram recuperados R\$ 22,93 milhões, sendo R\$ 10,09 milhões na carteira Desenhahia. Do valor total mencionado vinculado a carteira Desenhahia, contabiliza-se R\$ 5,11 milhões como Recuperação de Créditos baixados como Prejuízo, R\$ 3,27 milhões apropriados na rubrica de Receita de Operações de Crédito e R\$ 1,71 milhões através de Receitas de Contratos Reativados, além de R\$ 12,84 milhões na carteira Fundese.

Comparados aos valores recuperados no primeiro semestre de 2022, se observa uma redução de 7,0% sobre o número consolidado em relação comparativa ao mesmo período do exercício anterior, quando foram recuperados R\$ 24,68 milhões, sendo R\$ 19,16 milhões na carteira Desenhahia e R\$ 5,52 milhões no Fundese.

Na análise comparativa dos índices de inadimplência, se observa um resultado atípico na carteira Desenhahia, o qual se afasta da média dos últimos anos, apresentando índice de 3,98%, sendo que apenas três operações que estão em fase final de renegociação respondem por 3,01% da inadimplência da carteira.

A carteira Desenhahia encerrou o semestre com índice de 3,98% e a carteira Fundese encerrou com 1,57%. No primeiro semestre de 2022 as carteiras fecharam com índices de 1,12% e 0,51%, respectivamente.

I.3 Gestão de Fundos

Para viabilizar as ações de fomento social e econômico, a Desenhahia também atua com a prestação de serviços de agenciamento financeiro e de administração de fundos de desenvolvimento e de garantia. Atualmente, quatro fundos são geridos pela Agência: o Fundese, o FGBP, o FGAP e o Fundurbano, este em processo de extinção.

Fundese – Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico

A Desenhahia é a gestora financeira do Fundese, cumprindo-lhe formular suas linhas operacionais de financiamento e seu orçamento anual, em consonância com o Plano Plurianual do Estado e com a aprovação do Conselho Deliberativo do fundo.

Criado com o objetivo de prestar apoio financeiro a programas voltados para o desenvolvimento social e econômico da Bahia, o Fundese constitui uma fonte alternativa de recursos para as operações de crédito realizadas pela Desenhahia. O fundo disponibiliza recursos para apoiar empreendimento do setor privado que se enquadram nos programas e diretrizes de desenvolvimento do Governo do Estado.

Registra-se que, mesmo o Fundese não visando primariamente a obtenção de lucro nas suas operações, a Desenhahia submete todas as solicitações de financiamento com recursos do fundo aos mesmos processos de análise, risco de crédito e governança corporativa que emprega para as operações que compõem a sua carteira. Em função das atividades que realiza, a Agência faz jus a uma taxa de administração calculada sobre o patrimônio líquido do fundo. É essa taxa anual, apropriada mensalmente, que permite à Desenhahia arcar com os respectivos custos operacionais/administrativos relacionados às operações desse fundo.

Os recursos do Fundese foram direcionados para todos os setores da economia, exceto o setor público, conforme dispõem os normativos que o regem. O valor total liberado em operações de financiamento foi de R\$ 60,2 milhões no primeiro semestre de 2023.

O destaque mais uma vez, ficou com as liberações efetuadas para a Linha Emergencial com vistas ao enfrentamento à situação de fortes chuvas que se abateu no estado da Bahia no fim de 2022. Apenas para a campanha emergencial foram desembolsados R\$ 23,3 milhões através de 790 liberações em 1S23. Relativo à carteira de crédito, houve crescimento de 9% em comparativo ao mesmo período de 2022, encerrando o período com 10.221 clientes ativos na carteira Fundese.

Com recursos do Fundese destinados ao programa de microcrédito foram realizadas liberações da ordem de R\$ 10,9 milhões, em 2.107 liberações de crédito diretamente efetuadas a microempreendedores, sob o suporte da linha CrediBahia 1º Piso e CrediBahia Mulher.

Relativo à recuperação de crédito, a Desenhahia conseguiu repactuar 81 contratos da carteira do Fundese, sendo 27 liquidados e 54 repactuados, com novas condições de pagamento. Tais esforços totalizaram o montante de R\$ 12,8 milhões.

Indicadores Relevantes

Em 30/06/2023:

<i>Carteira de Operações de Crédito</i>	<i>R\$ 495,6 milhões</i>
<i>Liberações no período</i>	<i>R\$ 60,2 milhões</i>
<i>Número de liberações no período</i>	<i>3.315</i>

FGBP – Fundo Garantidor Baiano de Parcerias

O FGBP teve a sua criação autorizada pela Lei Estadual nº 12.610, de 27 de dezembro de 2012, e tem como competência essencial a prestação de garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração Direta ou Indireta do Estado da Bahia, em virtude de contratos de Parceria Público-Privadas (PPPs). Esses contratos devem ser celebrados sob as condições da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e precisam tratar de projetos previamente aprovados pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas.

O Relatório da Administração do FGBP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No ano em análise, o FGBP manteve-se prestando garantias a quatro projetos de concessão patrocinada: (i) Implantação e Operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas; (ii) Operação, Manutenção e Revitalização do Sistema Viário BA-052 e a Construção de Ponte-Travessia sobre o rio São Francisco entre os Municípios Baianos de Xique-Xique e Barra; (iii) Execução das Obras e dos Serviços necessários à Construção e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica; e (iv) Implantação e Operação do VLT do Subúrbio. Em junho de 2023, o valor do fundo comprometido com esses quatro projetos somava R\$ 211,7 milhões.

No primeiro semestre desse exercício, não houve honra de garantias com os recursos do FGBP para nenhum dos quatro projetos. O saldo disponível do fundo alcançou R\$ 306,3 milhões e o saldo dos direitos a receber por conta de garantias honradas somou R\$ 34,4 milhões. A relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,447.

FGAP – Fundo Garantidor do Aporte da Ponte

A Lei Estadual nº 14.290, de 12 de janeiro de 2021, autorizou a criação do FGAP, com a finalidade de prestar garantia de pagamento do aporte de recursos assumido pelo parceiro público estadual no contrato de PPP, na modalidade de concessão patrocinada, para execução das obras e dos serviços necessários à Construção, Operação e Manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica.

O Relatório da Administração do FGAP é emitido anualmente, juntamente com as demonstrações financeiras, devidamente auditadas e com parecer do auditor independente.

No final do primeiro semestre de 2023, o saldo disponível do FGAP somou R\$ 605,5 milhões e a relação patrimônio disponível / garantias ficou em 1,211.

II. Desempenho Financeiro

Rubricas em Relevô:

<i>Receitas da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 88,9 milhões</i>
<i>Resultado Bruto da Intermediação Financeira</i>	<i>R\$ 71,3 milhões</i>
<i>Resultado Operacional</i>	<i>R\$ 37,8 milhões</i>
<i>Lucro Líquido</i>	<i>R\$ 23,8 milhões</i>

A Desenhahia apurou lucro líquido de R\$ 23,8 milhões no primeiro semestre de 2023, dando continuidade aos resultados positivos obtidos pela Agência tanto em 1S22 como também 2S22.

A receita de intermediação foi de R\$ 88,9 milhões, com números superavitários em aproximadamente 8% em comparativo ao já elevado resultado desta rubrica no primeiro semestre de 2022. Houve crescimento de 38% nas receitas de títulos e valores mobiliários, que somaram R\$ 25,3 milhões. Tal aumento é decorrência do patamar elevado da taxa básica de juros, que indexa os rendimentos dos títulos públicos federais. A rubrica de receita com recuperação de créditos finalizou o período com R\$ 5,1 milhões mediante os esforços planejados e executados pela gerência responsável por tais ações no 1º semestre.

As despesas da intermediação financeira somaram R\$ 17,6 milhões, com leve oscilação em comparação a 1S22, permanecendo no mesmo patamar de grandeza. As despesas de obrigações por repasse tiveram redução de 12%, encerrando o semestre com R\$ 12,8 milhões, rubrica esta que é influenciada pela taxa Selic, visto a utilização dela como índice para diversas linhas ofertadas. Em contrapartida, houve aumento na rubrica de provisão ao compararmos com o mesmo período de 2022, totalizando R\$ 4,7 milhões em 1S23.

O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 71,3 milhões, 7,7% superior ao do primeiro semestre de 2022.

O grupo ‘outras receitas operacionais’ somou R\$ 25,8 milhões, com melhora de 15,8% sobre o ano anterior, com destaque para receita com administração de fundos (aumento de 25,9%), sendo esta rubrica a ser destacada no grupo devido a sua atual grandeza em termos financeiros.

Já o grupo ‘outras despesas operacionais’ totalizou R\$ 59,3 milhões, com elevação de 47,4% em relação ao mesmo período de 2022. O acréscimo citado deve-se em decorrência

do reconhecimento de contingências cíveis, trabalhistas, e desconto sobre eventuais pagamentos antecipados de operações de créditos que ocorreram na carteira ativa da Agência. As despesas de pessoal permaneceram em níveis aceitáveis de oscilação, sofrendo influência apenas da atualização do dissídio realizado em 2022.

As despesas administrativas tiveram um acréscimo de 27,9%, justificado por ações pontuais e planejadas para o ano de 2023 no que tange a serviços com natureza de reparos, adaptações e conservações da sede da Agência, e fatores externos como atualizações e aditamentos contratuais baseados em índices como IPCA e INPC. No entanto, o valor realizado deste grupo de despesas permaneceu abaixo do previsto para o período.

Faz-se necessário também explicar que parte do aumento de 29,6% nas despesas tributárias é atribuído ao crescimento da receita de intermediações financeiras e das outras receitas operacionais, bases sob as quais incidem tributos contabilizados nessa rubrica.

A rubrica despesas não operacionais obteve acréscimo de ordem relevante no período em decorrência do reconhecimento da desvalorização de um ativo não financeiro mantido para venda, o Shopping Busca Vida, por valor inferior ao reconhecido no patrimônio.

O resultado operacional perfaz R\$ 37,8 milhões, dando continuidade aos resultados positivos conforme supramencionado no início deste item do relatório.

O lucro líquido, acompanhando o bom resultado operacional, findando em R\$ 23,8 milhões no semestre.

A resultado atingido no primeiro semestre de está alinhado com a execução do planejamento operacional e orçamentário prévio para o ano, assim como o empenho da alta administração e demais colaboradores da Agência para seguir a missão da organização de *‘viabilizar soluções financeiras e técnicas que promovam o desenvolvimento sustentável e melhorem a vida da população baiana’*, buscando executar com excelência as atividades do seu escopo, e disponibilizando portfólio de linhas de crédito alinhado ao Programa de Governo Participativo (PGP).

III. Destaques da Gestão

- **Microcrédito**

O programa de microcrédito denominado de CrediBahia, foi originalmente elaborado para ser operado na modalidade de financiamento direto a microempreendedores (chamada de 1º piso), com os recursos do Fundese. Atualmente, com recursos da carteira da própria instituição, a Agência opera na modalidade de financiamento direto a microempreendedores (1º piso) e, com os recursos do Fundese, a Desenhahia opera também na modalidade financiamento a instituições operadoras de microcrédito (conhecida como operações de 2º piso).

Ao longo do 1º semestre de 2023, foram inaugurados postos do Credibahia em mais dez municípios baianos: Apuarema, Cabaceiras do Paraguaçu, Dário Meira, Juazeiro, Lagoa Real, Mulungu do Morro, Pindaí, Ruy Barbosa, Teolândia e Urandi. Ao término do semestre, o programa constava com 186 postos ativos e aptos a conceder crédito no estado.

Em termos de desempenho operacional, no 1º semestre do ano, o valor total liberado para o CrediBahia 1º Piso foi de R\$ 23,4 milhões em 3.705 desembolsos realizados, levando-se em consideração os recursos das carteiras Desenhahia e Fundese.

Ainda é digno de destaque o fato de que, a partir de 2023, a Desenhahia lançou dentro do programa de microcrédito a linha denominada ‘CrediBahia Mulher’ em parceria com a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte – SETRE, Secretaria de Política para Mulheres – SPM e Secretaria de Promoção de Igualdade Racial – SEPROMI. A linha de crédito supramencionada é exclusiva para mulheres empreendedoras do mercado formal e informal, e oferta juros especiais, com menor taxa de mercado e ampliação do valor para a primeira operação em relação a linha convencional. Apenas no 1º semestre, foram liberados R\$ 10,9 milhões através de 1.612 contratos formalizados na linha ‘CrediBahia Mulher’. O lançamento deste novo destaque do programa busca alinhamento com as ações propostas do Programa de Governo Participativo (PGP) da atual Gestão Estadual.

- **Municípios**

O atendimento às necessidades de melhoria de infraestrutura e aquisição de equipamentos pelos municípios baianos é um dos focos prioritários da Desenhahia. Com vistas a melhorar as condições de vida da população baiana, a Agência coloca à disposição das administrações públicas municipais três linhas de financiamento com características próprias: infraestrutura; máquinas e equipamentos; e projetos sustentáveis. Para esses financiamentos, a Agência utiliza recursos próprios e promove destaques de capital, em consonância às normas legais para operações de crédito com o setor público nacional.

No 1º semestre de 2023, a Desenhahia desembolsou R\$ 3,9 milhões para atender contratos com oito municípios baianos. No término do semestre, a carteira de operações de financiamento com municípios baianos somava R\$ 160,2 milhões, representando 25,5% da carteira ativa total da Agência. Respondem por essa parcela da carteira 61 municípios do estado da Bahia.

- **Agropecuária**

Na carteira de operações da Desenhahia, o amplo conjunto da agropecuária responde por 24,17% do valor dos contratos de crédito reunidos no final do primeiro semestre de 2023, em valor na carteira de crédito totaliza R\$ 159,9 milhões. Especificamente o segmento de Grãos e Algodão responde por 18,3% do total da carteira, ou R\$ 114,9 milhões.

Em termos de desembolsos no primeiro semestre do ano, foi direcionado R\$ 17,5 milhões para a agropecuária baiana apenas da carteira Desenhahia (25,7% do valor liberado no 1S23). A atenção da Desenhahia à agropecuária tem se distribuído também com outras áreas importantes de cultivo do estado. A produção de café e cana-de-açúcar no Extremo Sul, assim como a produção de cítricos no Nordeste da Bahia, estão no foco da Agência.

- **Linha Emergencial**

A Linha Emergencial viabilizada através do Fundese foi novamente acionada em resposta à situação de calamidade pública ocasionada por fortes chuvas seguidas de enchentes, com altos índices pluviométricos no estado nas últimas semanas de 2022.

Devido a experiência prévia da ação da mesma natureza no término de 2021, a Agência executou ação de rápido atendimento através da formalização do grupo de trabalho multisetorial e com frentes avançadas de atendimento, que trabalharam em conjunto com

os municípios mais afetados pela catástrofe. O esforço permaneceu com objetivo primário de apoiar através da concessão de financiamento os empreendedores individuais, prestadores de serviços, comerciantes e trabalhadores autônomos, a retomarem as suas atividades econômicas após as perdas ocasionadas pelas intempéries.

Novamente foram celebrados Termos de Cooperação Técnica entre os municípios afetados, a Desenbahia e a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte - SETRE, com a capacitação de agentes públicos municipais, e a formalização de procedimentos e mecanismo de análise otimizados, para atendimento célere, considerando a natureza da linha e o sentido de urgência de utilização por parte de seu público-alvo.

De acordo com o disposto na Lei Estadual nº 14.390, de 29 de dezembro de 2022, as concessões de financiamento permitiram parcelamento em até 48 meses, incluindo carência de até 12 meses, além da não incidência de juros nos contratos de até R\$ 150 mil. O dispositivo legislativo ainda permitiu que os beneficiários com financiamento concedidos na campanha 2021/2022, e que foram atingidos novamente por desastres naturais decorrentes das chuvas, estariam aptos a terem seus débitos renegociados.

Na ação supramencionada, atingiu-se a liberação de R\$ 23,3 milhões através de 790 contratos, nos municípios que formalizaram celebração de Termo de Cooperação Técnica com a Agência.

- **Governança Corporativa**

A Desenbahia mantém uma estrutura integrada de governança, gerenciamento de riscos e compliance, que visa garantir o cumprimento do arcabouço regulatório, em especial as diretrizes do órgão regulador (BACEN). Nossa abordagem prioriza a transparência e a tomada de decisões coletivas, visando a operacionalização eficiente e organizada, com foco na gestão dos riscos associados ao negócio.

Dentro dessa estrutura, a Desenbahia conta com a Gerência de Compliance e Risco (GCR), uma área independente das demais unidades de negócio, responsável pelo gerenciamento de capital, gestão de riscos, controles internos e compliance. A GCR reporta-se ao Conselho de Administração, por meio do *Chief Risk Officer* (CRO), exercido pela Diretoria de Administração e Finanças.

As diretrizes para o gerenciamento de riscos na Desenhahia são definidas no Manual de Gestão Integrada de Risco e de Capital, que estabelece os limites de exposição e as medidas mitigatórias a serem adotadas em relação a cada modalidade de risco. São gerenciados os seguintes riscos: crédito, concentração, operacional, social, ambiental e climático, mercado, liquidez e gerenciamento de capital.

A equipe da GCR desempenha um papel fundamental na identificação, avaliação e monitoramento dos riscos associados às atividades e negócios da Desenhahia. Por meio de uma abordagem sistemática e abrangente, são implementadas políticas, procedimentos e controles que visam mitigar os riscos e garantir a sustentabilidade das operações.

Além disso, a GCR promove uma cultura de gestão de riscos em toda a organização, por meio de treinamentos, comunicação e engajamento dos colaboradores. Durante o primeiro semestre de 2023, a Desenhahia intensificou seus esforços para aprimorar sua política de compliance. Foram implementados diretrizes e atividades com o objetivo de reforçar a orientação e conscientização em relação à prevenção à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo, fraude, corrupção e demais ações que possam representar riscos à imagem da instituição.

Nesse período, o Programa de Compliance da Desenhahia abordou diversos temas relevantes, incluindo Normativos Internos, Sigilo Bancário, Controles Internos e Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Essas ações visam garantir a conformidade, fortalecer o sistema de controles internos e promover a adoção das melhores práticas em termos de governança e gestão de riscos.

Conselho de Administração

João Batista Aslan Ribeiro – Presidente

Antonio Félix Macedo Mascarenhas

Cícero de Carvalho Monteiro

Francisco Alfredo Marcílio de Sousa Miranda

Frederico Matos de Oliveira

Marcelo Borges Weckerle

Paulo de Oliveira Costa

Sérgio Dourado Gaspar

Conselho Fiscal

Luís Augusto Peixoto Rocha – Presidente

José Atílio Filardi Cardoso

Luiza Amélia G. Machado Mello

Pedro Ricardo M. Scavuzzi de Carvalho

Diretoria

Paulo de Oliveira Costa - Diretor Presidente e Diretor de Administração e Finanças (em substituição)

Agenor Barreto Martinelli Braga - Diretor de Desenvolvimento e Negócios

Marko Svec Silva – Diretor de Operações

DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

**Conselho de Administração e os Acionistas da
DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA
Salvador – BA**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da DESENBAHIA – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), as quais compreendem o balanço patrimonial, em 30 de junho de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenbahia em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Agência, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Contingências – Notificações Judiciais

Conforme descrito na nota explicativa 22, em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente à ação de embargos à execução nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198. Na ação de embargos à execução foi arguida a nulidade dos encargos financeiros da operação de crédito, buscando revisar os títulos, reconhecer a quitação da operação com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior. Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia apresentou impugnações ao cumprimento de sentença alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento, dentre outras matérias. As impugnações foram julgadas em julho de 2023, confirmando o valor da condenação em R\$ 29.760. Contra a sentença cabe recurso, que será manejado pela Desenhahia. O valor do risco foi atualizado para R\$ 29.760, em setembro de 2022. Baseado na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração não constituiu provisão para perdas em relação ao citado processo judicial, já que este foi classificado com prognóstico de perda possível. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Em dezembro de 2020, o processo fiscal 37.252.720-5 foi reconhecido como obrigação legal, no valor de R\$ 2.924, conforme termo de perempção nº 0.481/2020 lavrado pela Receita Federal do Brasil, determinando constituição do crédito para cobrança relativo à incidência previdenciária sobre participações no lucro. A Desenhahia ingressou com ação judicial (processo 1000406-95.2021.4.01.3300) para suspender a exigibilidade deste crédito e continuar discutindo o mesmo. A demanda foi julgada improcedente e em virtude do óbice previsto pela Súmula 7 do STJ, a Desenhahia deixou de recorrer e arcou com os ônus sucumbenciais do processo, já depositados em juízo. O processo transitou em julgado em janeiro de 2023, mas os depósitos judiciais realizados pela Desenhahia ainda não foram revertidos em favor da União. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Em dezembro de 2022, a Agência classificou com o prognóstico de perda provável o processo judicial 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de manutenção de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com baixa probabilidade de reversão nas instâncias superiores. Em que pese não tenha havido estipulação expressa do valor da condenação pelo Judiciário baiano, o lançamento foi atualizado para R\$ 3.865, em observância ao que dispõe o Código de Processo Civil brasileiro a respeito do tema. Foi interposto Recurso Especial, não admitido, e posteriormente, Agravo em Recurso Especial que ainda está pendente de julgamento. Em alguns destes processos, a Desenhbahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos o comportamento desses valores no semestre findo em 30 de junho de 2023, que se encontram registrados na rubrica “Outros créditos” (nota explicativa nº 7). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos durante a auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis como um todo. Logo, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 (“J”) e nº 19, a Desenhbahia possui ativos fiscais diferidos (créditos tributários) provenientes de diferenças temporárias cuja realização depende de apuração de lucros tributáveis futuros, suportados por projeção de resultados elaborada pela Administração e aprovada pelo Conselho de Administração. Para elaborar a projeção de resultados, a Administração adotou premissas com base no cenário macroeconômico do Brasil, suas próprias estratégias, seu desempenho atual e passado, entre outras informações. Devido às incertezas e aos julgamentos envolvidos na determinação das premissas utilizadas na projeção dos resultados que suportam a manutenção desse ativo, e pelo impacto que eventuais alterações nessas premissas poderiam gerar nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Com o auxílio de nossos especialistas em tributos, realizamos procedimentos, de acordo com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, para elaborar um estudo técnico que dê suporte ao registro contábil de créditos tributários, conforme o contexto regulatório aplicável, e prover contextualização, análises, premissas e outros dados, os quais compõem as informações exigidas pelo Órgão regulador e fiscalizador, consubstanciadas na Resolução CMN nº 4.842/2020. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados, base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Desenbahia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se ele está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis, com o conhecimento obtido durante a auditoria ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, devemos comunicar esse fato. Não temos nada a relatar.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Desenbahia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e os controles internos que ela determinou necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Desenhahia continuar operando; divulgar, quando aplicável, assuntos relacionados a sua continuidade operacional; e usar dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar Agência, cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança Desenhahia têm responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Temos o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis citadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Agência;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Agência. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção, em nosso relatório de auditoria, para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações foram inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Desenhahia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis – inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante este trabalho.

Também fornecemos aos responsáveis pela governança a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente a nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que uma lei ou um regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas dessa comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 8 de agosto de 2023.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho 2023 e 31 de dezembro 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo			
	Nota	2023	2022
Circulante		413.757	515.186
Disponibilidades	4	95	102
Instrumentos financeiros		403.093	502.092
- Aplicações interfinanceiras	4	262.047	281.739
- Títulos e valores mobiliários	5	-	82.478
- Operações de crédito	6	152.489	148.138
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(11.443)	(10.263)
Outros ativos	7	10.569	12.992
Não circulante		666.820	574.263
Realizável a Longo Prazo		626.887	538.185
Instrumentos financeiros		561.523	469.809
- Títulos e valores mobiliários	5	132.561	29.633
- Operações de crédito	6	467.238	477.290
- Provisões para perdas associadas ao risco de crédito	6	(38.276)	(37.114)
Ativo fiscal diferido	19	14.680	15.862
Outros ativos	7	50.684	52.514
Investimentos	8	125	124
Imobilizado	9	50.781	50.302
Intangível	10	11.551	6.610
Depreciação e amortização acumuladas	9 e 10	(22.524)	(20.958)
Total do ativo		1.080.577	1.089.449

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Balanços patrimoniais

Em 30 de junho 2023 e 31 de dezembro 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	30/06/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		128.591	114.503
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	59.623	61.547
Outros instrumentos financeiros	12	4.179	-
Obrigações fiscais correntes	13	7.900	21.091
Provisões	13	11.571	6.634
Outros passivos	13	45.318	25.231
NÃO CIRCULANTE		230.945	236.425
Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país	11	200.603	211.395
Obrigações fiscais diferidas		2.093	1.954
Provisões	13	25.226	22.464
Outros passivos	13	3.023	612
Patrimônio líquido	14	721.041	738.521
- Capital		588.225	588.225
- Reservas de lucros		132.816	150.296
Total do passivo e patrimônio líquido		1.080.577	1.089.449

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2023	30/06/2022
Receitas da intermediação financeira	15	88.955	82.542
Operações de crédito		63.622	64.154
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		25.333	18.388
Despesas da intermediação financeira	15	(17.606)	(16.279)
Operações de empréstimos e repasses		(12.855)	(14.675)
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito		(4.751)	(1.604)
Resultado bruto da intermediação financeira	15	71.349	66.263
Outras receitas/(despesas) operacionais		(33.481)	(17.921)
Receita de prestação de serviços	16	23.302	20.461
Despesa de pessoal	17	(29.787)	(27.680)
Outras despesas administrativas	17	(7.976)	(6.235)
Despesas tributárias	17	(6.287)	(4.852)
Outras receitas operacionais	16	2.575	1.886
Outras despesas operacionais	17	(15.308)	(1.501)
Resultado operacional		37.868	48.342
Resultado não operacional	18	(2.813)	(110)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		35.055	48.232
Imposto de renda e contribuição social	19	(7.747)	(10.571)
Participações estatutárias		(3.434)	(3.586)
Lucro líquido		23.874	34.075
Lucro por ação		0,00017794	0,00026235

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	30/06/2023	30/06/2022
Lucro líquido	23.874	34.075
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	23.874	34.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBANHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Especial		
Saldos em 1º de janeiro de 2023		588.225	32.024	82.587	35.685	-	738.521
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	23.874	23.874
Valores deliberados em assembleia		-	-	-	(35.685)	-	(35.685)
Realização para fins de cobertura do JCP		-	-	(18.204)		18.205	1
Destinações:							
Reservas	14b	-	1.194	5.954	11.057	(18.205)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-				(5.670)	(5.670)
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-			18.204	(18.204)	-
Saldos em 30 de junho de 2023		588.225	33.218	70.337	29.261	-	721.041
Mutações no semestre - 2023		-	1.194	(12.250)	(6.424)	-	(17.480)
Saldos em 1º de janeiro de 2022		569.461	28.171	60.672	21.473	-	679.777
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	34.075	34.075
Incorporação de JCP excedido ao resultado		-	-				
Realização para fins de JCP da Reserva estatutária							-
Destinações:							
Reservas	14b	-	1.704	8.496	1.975	(12.175)	-
JCP imputado ao dividendo mínimo obrigatório	14c	-	-	-		(8.093)	(8.093)
Juros Sobre o Capital Próprio excedente ao mínimo obrigatório	14c	-	-	-	13.807	(13.807)	-
Saldos em 30 de junho de 2022		569.461	29.875	69.168	37.255	-	705.759
Mutações no semestre - 2022		-	1.704	8.496	15.782	-	25.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	30/06/2023	30/06/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais			Reclassificada
Lucro líquido		23.874	34.075
Caixa e equivalente de caixa			
Constituição (Reversão) da provisão para desvalorização de títulos livres	15	92	(33)
Constituição (Reversão) da provisão para operação de crédito	15	4.751	1.604
Atualização monetária com depósitos judiciais	16	(548)	(370)
Depreciação e amortização	17	1.704	1.198
Constituição (Reversão) da provisão para perdas em processos judiciais	22	2.762	974
Constituição de provisão não operacional	18	3.372	373
Imposto de renda e contribuição social		7.747	10.571
Lucro líquido ajustado		43.754	48.392
Variações patrimoniais			
Títulos e valores mobiliários		(103.020)	(2.267)
Operações de crédito		3.292	29.539
Outros ativos		1.429	1.007
Obrigações por repasses		(12.716)	4.293
Outros instrumentos financeiros		4.179	(1.546)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(18.885)	-
Obrigações fiscais correntes		(732)	(8.137)
Provisões		4.937	1.625
Outros passivos		(4.232)	(1.105)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(81.994)	71.801
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(618)	(68)
Aquisição de intangível		(1.272)	(246)
Caixa líquido (aplicado)/oriundo nas atividades de investimento		(1.890)	(314)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos/Juros sobre capital próprio pagos		(18.293)	(9.700)
Caixa líquido oriundo das (aplicado nas)/atividades de financiamento		(18.293)	(9.700)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(102.177)	61.787
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		364.319	216.220
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		262.142	278.007
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		(102.177)	61.787
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

1. Contexto operacional

A Desenbahia - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. (“Desenbahia” ou “Agência”), sociedade anônima de capital fechado e economia mista, constituída em 5 de dezembro de 1966, está localizada na Rua Ivonne Silveira, 213, bairro Narandiba, Salvador, Bahia, com controle acionário pertencente ao Governo do Estado da Bahia, tem como objetivo apoiar programas e projetos de desenvolvimento econômico e social do referido ente público, mediante operações de empréstimos, financiamentos e prestação de garantias, com recursos próprios ou de terceiros, bem como realização de quaisquer outras operações ou atividades inerentes a uma agência de fomento.

Também faz parte do objeto social, a operação e administração dos seguintes fundos estaduais:

- Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE;
- Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP;
- Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP; e,
- Fundo de Desenvolvimento Urbano - FUNDURBANO.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a regulamentação emanada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas associadas ao risco de crédito e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, moeda funcional da Agência. Todas as informações apresentadas em Real foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, mensuradas a valor justo, conforme descrito nas principais práticas contábeis, a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

a) Novas normas emitidas pelo BACEN aplicáveis em períodos futuros:

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 309/2023 - Dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas.

Esta Resolução entrará em vigor em 01/01/2025, porém seu art. 76 determina a divulgação de forma resumida o plano para a implementação estabelecida nessa Resolução, na data base de 31 de dezembro de 2022, a seguir:

- Conhecimento da Resolução: até 30 de abril de 2022;
- Elaboração do Plano de Implementação: até 20 de junho de 2022;
- Contratação de empresa de Consultoria e assessoria: até março de 2023;
- Diagnóstico da Situação atual e dos impactos da implementação: até dezembro de 2023;
- Implantação das ações: até dezembro de 2024;
- Revisão das demonstrações financeiras: até março de 2025.

O referido plano foi aprovado pelo conselho de administração no dia 21 de junho de 2022.

A Agência vem avaliando a aplicação das referidas normas e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

Para fins de melhor comparabilidade, a DFC do primeiro semestre de 2022 foi reclassificada:

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Publicada	Reclassificada
Lucro líquido	48.232	34.075
Caixa e equivalente de caixa		
Constituição (Reversão) da provisão para desvalorização de títulos livres	(33)	(33)
Constituição (Reversão) da provisão para operação de crédito	1.604	1.604
Atualização monetária com depósitos judiciais	(370)	(370)
Depreciação e amortização	1.198	1.198
Constituição da provisão para perdas em processos judiciais	974	974

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Constituição de provisão não operacional	373	373
Imposto de renda e contribuição social	-	10.571
Lucro líquido ajustado	51.978	48.392
Variações patrimoniais		
Títulos e valores mobiliários	(2.267)	(2.267)
Operações de crédito	29.539	29.539
Outros ativos	1.007	1.007
Obrigações por repasses	4.293	4.293
Outros instrumentos financeiros	(1.546)	(1.546)
Obrigações fiscais correntes	(11.723)	(8.137)
Provisões	1.625	1.625
Outros passivos	(1.105)	(1.105)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	71.801	71.801

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria Colegiada em 31 de julho de 2023.

3. Principais políticas contábeis

a) Reconhecimento dos resultados

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

c) Instrumentos Financeiros

I. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As “Aplicações interfinanceiras de liquidez”, que compõem o caixa e equivalentes de caixa, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustados por provisão para desvalorização, quando aplicável. As operações compromissadas são registradas e ajustadas pelo seu valor de mercado.

II. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os “Títulos e valores mobiliários” são registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, sendo os fundos de investimento registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular BACEN

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devam ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

A Agência não opera com instrumentos financeiros derivativos.

III. Operações de Crédito, Obrigações com Repasses

As “Operações de crédito” e as “Obrigações por repasses” encontram-se registradas pelos valores de realização, estando registradas pelo valor do principal, incorporando os rendimentos e encargos auferidos até a data do Balanço em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

IV. Provisão para perdas associadas ao risco de créditos

A “Provisão para perdas associadas ao risco de créditos” encontra-se constituída em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requerem a sua classificação de riscos em níveis de risco (de AA a H) e os percentuais mínimos esperados de perda definidos pela referida resolução. Os níveis de risco de crédito das operações são definidos e efetuados com base em metodologias internas de classificação de risco, incluindo premissas e julgamentos. As classificações das operações de crédito são revisadas anualmente.

A Administração adota contagem em dobro dos períodos em atraso para fins de constituição de provisões, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, e que possuam garantias reais, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99, do CMN.

As operações em atraso, classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, 5 anos. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As operações renegociadas, que já haviam sido baixadas como prejuízo, são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer reclassificação da operação para categoria de menor risco.

d) Outros ativos

São demonstrados:

- I. Por valores de realização, incluídos os rendimentos e as variações monetárias incorridas e deduzidos das correspondentes rendas a apropriar, quando aplicáveis.
- II. Por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis ou equipamentos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; material em estoque que se referem a materiais de uso e consumo corrente; investimentos temporários registrados pelo custo de aquisição e retificados pela provisão para perdas; e, Despesas Antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em períodos futuros.

e) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso é registrado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da respectiva depreciação. As depreciações das edificações são calculadas pela vida útil estimada, enquanto as depreciações dos demais itens do imobilizado de uso são calculadas pelo método linear, com a utilização das seguintes taxas anuais: 20% para processamento de dados e comunicação, e 10% para os demais itens.

f) Intangível

O intangível é composto pelos ativos não monetários sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos internamente, destinados à manutenção ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e são deduzidos das amortizações calculadas pela respectiva vida útil estimada.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

É reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável de ativos se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Se houver indicação de desvalorização, com base em fontes internas e externas de informação, estima-se o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e, ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na demonstração do resultado.

h) Outras Obrigações

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

São demonstradas por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias incorridas.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09, sendo:

Ativos contingentes: Não são reconhecidos contabilmente. Os ativos contingentes, cuja entrada de benefícios econômicos é provável, são divulgados nas notas explicativas;

Provisões são constituídas levando em conta o julgamento dos assessores jurídicos quando for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Esses montantes são revisados mensalmente e os depósitos recursais em garantia são atualizados de acordo com a regulamentação vigente;

Passivos contingentes: não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações legais: Decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

j) Tributos correntes e diferidos

As provisões para os tributos sobre o lucro e o faturamento são constituídas às alíquotas a seguir:

TRIBUTO	ALÍQUOTA
Imposto de Renda - IRPJ (15% mais adicionais de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (*)	20%
Programa de Integração Social - PIS	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	5%

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Conforme a legislação tributária, a Agência optou pelo recolhimento mensal do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido com base na estimativa pela receita bruta, com suspensão e redução, a título de antecipação do efetivo pagamento, devido no ajuste anual.

Os créditos e obrigações tributárias diferidas referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido são constituídos através das diferenças temporárias, entre o resultado contábil e fiscal e prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na nota explicativa nº 19.

k) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Agência tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável, dessa forma as provisões para férias e 13º salário estão integralmente reconhecidas por competência mensal, incluindo-se os encargos aplicáveis.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados.

As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um ressarcimento de caixa ou uma redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Os benefícios pós-emprego concedidos pela Agência correspondem apenas à complementação de auxílio saúde por um prazo pré-estabelecido.

l) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes

A Resolução BCB nº 2, de 12/10/2020, determina a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se então como resultado não recorrente do exercício, aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

m) Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

data final do período e a data na qual é autorizada a emissão dessas informações.

Dois tipos de eventos podem ser identificados: (i) os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as informações; e, (ii) os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as informações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	jun-23	dez-22
Caixa		
Depósitos Bancários	95	102
Equivalentes de Caixa		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	262.047	281.739
TVM Renda Fixa - LFT	-	82.478
Total	262.142	364.319

5. Títulos e valores mobiliários

	jun-23	dez-22
Renda fixa - LFT (1)	88.647	82.531
Renda fixa - NTN-B (2)	15.141	-
Fundo soberano (3)	28.893	29.633
Fundos de empresas emergentes (4)	2.718	2.714
	135.399	114.878
Provisão para desvalorização de títulos	(120)	(53)
Provisão para desvalorização de títulos - Outros	(2.718)	(2.714)
Total	132.561	112.111
Circulante	-	82.478
Não circulante	132.561	29.633

(1) Títulos adquiridos em 1º de março de 2023, com vencimento em 1º de março de 2025.

(2) Títulos adquiridos em 1º de março de 2023, com vencimento em 15 de maio de 2027.

(3) Montante corresponde a fundo de investimento aberto em renda fixa no Banco do Nordeste. Por questão contratual, a Agência deve manter aplicado no BNB recursos no montante equivalente ao saldo da carteira de repasse de recursos do FNE, excetuando-se os montantes das operações passivas oriundas do Baneb (R\$ 5.244).

(4) O montante refere-se à aplicação em Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes administrado pelo Fundo Rio Bravo, ajustados a valor de mercado, com provisão para desvalorização.

6. Operações de crédito

Carteira por modalidade

	Jun-23	Dez-22
Empréstimos	145.775	136.714
Financiamentos	309.864	335.303
Financiamentos Rurais	147.438	135.841
Financiamentos de Infraestrutura	16.650	17.571

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

	619.727	625.429
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito (1)	6.992	7.237
Total da carteira de crédito (2)	626.719	632.666

(1) Valores a receber devido alienação de dois ativos não financeiros mantidos para venda fruto de dação de pagamento de operações de crédito.

(2) A redução na carteira de crédito foi impactada pela liquidação antecipada de 3 operações de crédito que totalizaram R\$ 19.939.

Carteira por atividade econômica

	jun-23	dez/22
Pessoas Físicas	26.295	24.206
Indústria	61.807	66.761
Comércio	62.343	53.181
Serviços	167.492	176.873
Rural	148.528	136.977
Operações de crédito - Setor privado	466.465	457.998
Operações de crédito - Setor público	160.254	174.668
Total da carteira de crédito	626.719	632.666

Classificação por nível de risco

	Provisionamento (%)	jun-23		dez-22	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
Carteira própria					
AA	0,00	196.144	-	183.311	-
A	0,50	206.830	(1.034)	176.975	(885)
B	1,00	111.111	(1.111)	168.728	(1.687)
C	3,00	44.820	(1.345)	24.945	(748)
D	10,00	16.862	(1.686)	30.514	(3.051)
E	30,00	1.053	(316)	1.567	(471)
F	50,00	2.742	(1.371)	6.758	(3.379)
G	70,00	14.221	(9.955)	8.918	(6.243)
H	100,00	30.887	(30.887)	27.257	(27.257)
Total carteira própria		624.670	(47.705)	628.973	(43.721)
Carteira adquirida do BANEBA/FNE e BANEBA/FINAME					
H	100,00	2.049	(2.049)	3.693	(3.693)
Total geral		626.719	(49.754)	632.666	(47.414)
Circulante		153.426	11.448	148.892	(10.267)
Não circulante		473.293	38.306	483.774	(37.147)

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Carteira por níveis de risco e faixa de vencimento

	Operações Vincendas	Operações Vencidas em jun-2023					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	195.936	-	208	-	-	-	196.144	31,30%
A	206.516	148	166	-	-	-	206.830	33,00%
B	110.724	117	150	120	-	-	111.111	17,73%
C	44.416	37	92	273	1	1	44.820	7,15%
D	16.071	11	88	82	83	527	16.862	2,68%
E	970	15	10	19	20	20	1.054	0,17%
F	2.480	11	37	43	43	128	2.742	0,44%
G	14.113	7	17	19	17	48	14.221	2,27%
H	31.390	56	102	158	155	1.074	32.935	5,26%
Total	622.616	402	870	714	319	1.798	626.719	100,00%

	Operações Vincendas	Operações Vencidas em dez-2022					Total	%
		0 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	Acima de 90 dias		
AA	183.311	-	-	-	-	-	183.311	28,97%
A	176.832	133	10	-	-	-	176.975	27,97%
B	168.489	-	225	14	-	-	168.728	26,67%
C	24.576	35	146	157	19	12	24.945	3,94%
D	30.303	15	103	40	48	5	30.514	4,82%
E	1.426	11	27	32	35	36	1.567	0,25%
F	6.329	8	11	14	105	291	6.758	1,07%
G	8.775	7	21	23	17	75	8.918	1,41%
H	29.828	36	83	130	94	779	30.950	4,89%
Total	629.869	245	626	410	318	1.198	632.666	100,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Concentração da carteira de operações de crédito

	jun-23		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	143.019	22,82%	(1.838)
50 seguintes devedores	223.733	35,70%	(29.151)
100 seguintes maiores devedores	132.813	21,19%	(8.277)
Demais devedores	127.154	20,29%	(10.488)
Total	626.719	100%	(49.754)
	dez-22		
	Saldo	Carteira (%)	Provisões
10 maiores devedores	156.843	24,79%	(2.727)
50 seguintes devedores	228.500	36,12%	(24.372)
100 seguintes maiores devedores	135.924	21,48%	(10.766)
Demais devedores	111.399	17,61%	(9.549)
Total	632.666	100%	(47.414)

7. Outros ativos

	jun-23	dez-22
Rendas a receber (1)	4.283	3.968
Adiantamentos e antecipações salariais	1.590	952
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	7	6
Devedores por compra de valores e bens (2)	6.992	7.237
Devedores por depósitos em garantia (3)	17.709	15.965
Impostos a compensar	100	903
Pagamentos a ressarcir (4)	802	803
Títulos e créditos a receber (5)	1.326	2.071
Devedores diversos - país (6)	1.419	4.059
Provisão p/ outros créditos (7)	(842)	(843)
	33.386	35.121
Investimentos temporários (8)	2.251	2.251
Provisão para perdas em investimentos temp. (8)	(2.251)	(2.251)
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (9)	31.590	30.957
Provisão para desvalorização - ativos não financeiros (10)	(4.103)	(731)
Material em estoque	100	75
Despesas antecipadas	280	84
	27.867	30.385
	61.253	65.506
Circulante	10.569	12.992
Não circulante	50.684	52.514

- (1) O montante refere-se à:
- Taxas de administração e de equalização do FUNDESE no valor de R\$ 3.816 (R\$ 3.505 em 31 de dezembro de 2022);
 - Taxa de administração do FGAP no valor de R\$ 98 (R\$ 96 em 31 de dezembro de 2022);
 - Taxa de administração do FGAP no valor de R\$ 329 (R\$ 327 em 31 de dezembro de 2022);
 - Valores de condomínio e manutenções a serem ressarcidos por órgãos que ocupam parte do espaço físico da antiga sede de R\$ 40 (R\$ 40 em 31 de dezembro de 2022);
- (2) Valores a receber devido alienação de dois ativos não financeiros mantidos para venda fruto de dação de pagamento de operações de crédito.
- (3) Vide nota explicativa nº 22.
- (4) Composição de Pagamentos a ressarcir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

- i. Valores a receber junto à Secretaria de Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia e à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR no valor de R\$ 770 (R\$ 770 em 31 de dezembro de 2022), sem expectativa de realização e provisionados;
 - ii. Valores a receber de ex-empregados a título de co-participação em benefício recebido, por adesão a plano de demissão voluntários, em plano de saúde no valor de R\$ 30 (R\$ 29 em 31 de dezembro de 2022);
 - iii. Valores a receber do FGBP a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente no valor de R\$ 1 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022);
 - iv. Valores a receber do FGAP a título de ressarcimento de gastos com auditoria independente no valor de R\$ 1 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2022).
- (5) Em dezembro a Desenbahia rescindiu unilateralmente um contrato de fornecimento de licença de uso de software ensejando no ressarcimento dos valores pagos.
- (6) Composição de Devedores diversos:
- i. Rebate nas taxas de juros das operações repactuadas com base na Resolução CMN nº 2.471, de 26 de fevereiro de 1998, e ressarcidas pelo STN - Tesouro Nacional, no valor de R\$ 358 (R\$ 2.912 em 31 de dezembro de 2022);
 - ii. Valores a serem ressarcidos pelo Banco do Nordeste dos descontos concedidos aos mutuários das operações Cacau/Vassoura de Bruxa (BNB/FNE/BANEB), optantes pelo PAC do Cacau, conforme previsto nas Leis nº 11.775/08 e 12.249/10, no valor de R\$ 187 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2022);
 - iii. Valores a serem ressarcidos em função de concessão de rebate para liquidação de operações de crédito rural, relativos aos empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene, com ônus do FNE, conforme previsto na Lei nº 12.844/2013, no valor de R\$ 3.260 (R\$ 3.260 em 31 de dezembro de 2022). Esse recebível possui um valor redutor de R\$ 2.943 que representa as rendas a serem reconhecidas quando do seu devido recebimento. Esse montante era registrado no passivo e foi reclassificado.;
 - iv. Valores a serem ressarcidos pelo BNDES em função do Programa Especial de Saneamento Agrícola - PESA no valor de R\$ 407 (R\$ 407 em 31 de dezembro de 2022);
 - v. O montante restante de R\$ 150 (R\$ 236 em 31 de dezembro de 2022) está pulverizado em pequenos ressarcimentos e em pendências a regularizar.
- (7) Provisionamentos de valores a receber sem expectativa de realização junto às Secretarias de Turismo, Administração e Infraestrutura do Estado da Bahia, à Prefeitura de Salvador, ao Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, à compradores de fazendas recebidas em dação de pagamento e alienadas referente a ITR e a rendas de aluguel de bens recebidos em dação de pagamento.
- (8) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas;
- (9) O montante refere-se a imóveis recebidos em dação de pagamento de operações de crédito.
- (10) O valor refere-se a R\$ 4.030 (R\$ 658 em 31 de dezembro de 2022) de provisão por redução do valor recuperável de dois imóveis, que a administração pretende vende-lo por valor inferior ao registro contábil, e a R\$ 73 (R\$ 73 em 31 de dezembro de 2022) de provisão integral de bem não alienado no prazo estipulado pelo Bacen e classificado com bem em regime especial à época da vigência da norma específica.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

8. Investimentos

	Jun-2023			Dez-2022		
	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz./prov	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz./prov	Valor Contábil
Investimentos						
Investimentos	497	(496)	1	497	(497)	-
Obras de arte	124	-	124	124	-	124
	621	(496)	125	621	(497)	124

(1) A Desenbahia possui participações acionárias em instituições não financeiras, com baixa representatividade acionária, e que estão totalmente provisionadas

9. Imobilizado de uso

	Jun-2023			Dez-2022		
	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz./prov	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz./prov	Valor Contábil
Imobilizado de Uso						
Instalações	1.436	(1.279)	157	1.436	(1.207)	229
Móveis e equipamentos	9.084	(7.181)	1.903	8.604	(6.882)	1.722
Imóveis de uso (1)	40.261	(8.338)	31.923	40.262	(8.003)	32.259
	50.781	(16.798)	33.983	50.302	(16.092)	34.210

(1) A Desenbahia efetua teste de recuperabilidade da sua sede anualmente no segundo semestre. Não houve indicação de desvalorização no valor registrado de R\$ 31.924 (R\$ 32.259 em 31 de dezembro de 2022), não sendo necessário reconhecer provisão por desvalorização de bens.

10. Intangível

	Jun-2023			Dez-2022		
	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz./prov	Valor Contábil	Valor de Aquisição	Deprec./ Amortiz./prov	Valor Contábil
Intangível						
Gerados internamente	450	(64)	386	450	(47)	403
Licenças e direitos autorais e de uso (1)	11.101	(5.662)	5.439	6.160	(4.819)	1.341
	11.551	(5.726)	5.825	6.610	(4.866)	1.744

(1) Em janeiro a Desenbahia assinou um contrato de fornecimento de licença de uso de software de R\$ 4.261.

11. Instrumentos financeiros - Obrigações por repasses do país

Segregação por faixa de vencimento das obrigações por repasse:

	Jun-23				
	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES (1)	7.117	23.461	87.599	39.085	157.262
FINAME (1)	8.584	8.658	33.751	8.261	59.254
FINEP	411	580	-	-	991
BNB	1.106	4.502	15.886	9.480	30.974
FUNCAFÉ	2.498	512	317	-	3.327
FUNGETUR	518	1.676	5.055	1.169	8.418
Total	20.234	39.389	142.608	57.995	260.226
Circulante					59.623
Não circulante					200.603
	dez-22				

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.**Notas explicativas às demonstrações financeiras****Em 30 de junho de 2023****(Valores expressos em milhares de Reais)**

	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 5 anos	acima de 5 anos	TOTAL
BNDES (1)	8.326	22.415	96.695	41.805	169.241
FINAME (1)	3.292	14.999	32.217	6.951	57.459
FINEP	645	1.457	169	-	2.271
BNB	1.467	4.416	16.313	11.100	33.296
FUNCAFÉ	-	2.568	-	-	2.568
FUNGETUR	482	1.480	4.944	1.201	8.107
Total	14.212	47.335	150.338	61.057	272.942
Circulante					61.547
Não circulante					211.395

12. Outros instrumentos financeiros

A Desenhahia possui, também, um saldo de passivo financeiro no valor de R\$ 4.179 (em 31 de dezembro de 2022 não apresentava saldo dessa natureza) com captação junto ao Ministério do Turismo, através do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR já recebida, mas ainda não liberados como operação de crédito ativa.

13. Obrigações fiscais, provisões e outros passivos

	jun-23	dez-22
Obrigações fiscais correntes		
Impostos e contribuições s/ lucro a pagar	1.761	14.220
Impostos e contribuições a recolher	6.139	6.871
	7.900	21.091
Circulante	7.900	21.091
Provisões		
Provisão para participação nos lucros	3.427	-
Provisão para pagamentos a efetuar (1)	8.144	6.634
Provisão para contingências (2)	25.226	22.464
	36.797	29.098
Circulante	11.571	6.634
Não circulante	25.226	22.464
Outros passivos		
Remuneração de capital a pagar	41.371	18.313
Gratificações e Participações a pagar	150	5.028
Obrigações por aquisição de bens e direitos	4.270	544
Credores diversos (3)	2.550	1.958
Total	48.341	25.843
Circulante	45.318	25.231
Não circulante	3.023	612

(1) Do montante, a importância de R\$ 8.001 (R\$ 6.550 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a provisionamentos das obrigações com décimo terceiro salário, férias e encargos, e R\$ 143 (R\$ 84 em 31 de dezembro de 2022) a provisões das despesas administrativas estimadas, a serem pagas no mês subsequente;

(2) Valores decorridos na nota explicativa nº 22;

(3) Deste montante:

- i. O valor de R\$ 933 (R\$ 682 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a contas a pagar de despesas a vencer em período posterior;
- ii. O valor de R\$ 84 (R\$ 113 em 31 de dezembro de 2022) corresponde a obrigações com assistência médica de empregados inativos que obtiveram este benefício por adesão aos PDV's em exercícios anteriores;

Notas explicativas às demonstrações financeiras**Em 30 de junho de 2023****(Valores expressos em milhares de Reais)**

- iii. O valor de R\$ 1.533 (R\$ 1.163 em 31 de dezembro de 2022) está pulverizado em valores a pagar ao BNDES, lances recebidos em leilão de ativos não financeiros, pequenos valores a pagar e pendências a regularizar.

14. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado é constituído por ações nominativas sem valor nominal após homologação pelo Banco Central do Brasil, assim distribuídas:

		jun-23	
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	46.967.001	205.917	35,01%
Ações preferenciais com direito a voto	23.001.113	100.845	17,14%
Ações preferenciais sem direito a voto	64.197.426	281.463	47,85%
	134.165.540	588.225	100,00%
		dez-22	
	Milhares de ações (qtde)	Capital social	%
Ações ordinárias	46.967.001	199.350	33,89%
Ações preferenciais com direito a voto	23.000.673	97.627	16,60%
Ações preferenciais sem direito a voto	62.149.486	272.484	46,32%
	132.117.160	569.461	96,81%
Aumento de capital proposto		18.764	3,19%
		588.225	100,00%

O acionista majoritário, o Estado da Bahia, detém 99,99% das ações ordinárias e 99,95% das ações preferenciais, totalizando assim 99,97% de participação.

Em dezembro de 2022 foi deliberado em assembleia geral extraordinária um aumento de capital de R\$ 18.764, fruto de JCP constituído no exercício de 2021. Esse aumento foi incorporado ao capital social após manifestação do Bacen, em março de 2023.

b) Reservas de lucros

Conforme disposto na Lei nº 6.404/76 e no estatuto, quando aplicável, a reserva de lucros é constituída:

- Reserva legal: 5% sobre o lucro líquido;
- Reserva estatutária - para futuro aumento de capital: 35%, no mínimo, do lucro líquido após destinações de reserva legal e de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, e, do montante destinado ao pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio de exercícios anteriores, conforme deliberado em assembleia.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social da Agência confere o direito aos acionistas a dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício ajustado de acordo com

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

as regras nele definidas e faculta que os juros sobre o capital próprio sejam imputados aos dividendos.

A Desenhahia calculou os juros sobre o capital próprio com base nas normas definidas pela legislação fiscal vigente, obedecendo ao seu limite, conforme demonstrado a seguir (os valores patrimoniais que compõem o cálculo do limite de cada período se reportam à 31 de dezembro imediatamente anterior):

	Jun-23	Jun-22
Capital Social	569.461	568.134
Aumento de Capital	18.764	1.327
Reservas de Lucros	150.296	110.316
Total	738.521	679.777
Base de Cálculo do JCP	738.521	679.777
Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP proporcional	3,6625%	3,2249%
Limite do JCP dedutível para o período	27.048	21.922

No primeiro semestre de 2023 foi provisionado o montante de R\$ 27.000 (R\$ 21.900 em 2022) a título de juros sobre o capital próprio.

Os JCP declarados e imputados aos dividendos mínimos obrigatórios, são reconhecidos no passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, e os JCP propostos e ainda não aprovados em assembleia são reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica de “Reserva Especiais de Lucros”.

Por remunerar seus acionistas mediante juros sobre capital próprio, a Desenhahia obteve uma economia fiscal de R\$ 8.505 (R\$ 6.807 em 2022).

15. Resultado bruto da intermediação financeira

	Jun-23	Jun-22
Receitas da intermediação financeira		
Operações de crédito	58.510	47.465
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (1)	5.113	16.689
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (2)	17.657	12.569
Rendas com TVM e instrumentos financeiros derivativos (2)	7.767	5.786
Receita com reversão de provisões operacionais - desvalorização títulos	178	69
Despesas de provisões operacionais - desvalorização títulos	(270)	(36)
Total	88.955	82.542
Despesas da intermediação financeira		
Empréstimos e repasses - BNDES	(8.594)	(8.999)
Empréstimos e repasses - FINAME	(2.574)	(1.925)
Empréstimos e repasses - FINEP	(40)	(85)
Empréstimos e repasses - Outras Instituições oficiais	(1.647)	(3.666)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.751)	(1.604)
Total	(17.606)	(16.279)
Resultado bruto da intermediação financeira	71.349	66.263

DESENBÁHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

- (1) Os saldos renegociados, incluindo as operações ainda ativas, totalizaram R\$ 16.212 (R\$ 34.042 em 2022).
- (2) Aumento oriundo do comportamento das taxas de mercado e dos valores médios aplicados.

16. Outras receitas operacionais

	jun-23	jun-22
Receitas de prestação de serviços		
Taxa de análise	616	563
Taxa de fiscalização de obras financiadas	6	16
Tarifa substituição/exclusão de garantias	4	91
Tarifa de alteração de relatório de engenharia	7	69
Taxa com administração de fundos - Fundese (1)	20.213	18.004
Taxa com administração de fundos - FGBP	556	416
Taxa com administração de PPP	6	5
Taxa com administração de FGAP	1.894	1.297
Total	23.302	20.461
Outras receitas operacionais		
Recuperação de encargos e despesas	263	612
Reversão de provisões operacionais - outras	601	-
Outras rendas operacionais (2)	1.711	1.274
Total	2.575	1.886

- (1) Aumento devido evolução do patrimônio líquido do Fundese, que é a base da mensuração desta receita, fruto de seus resultados.
- (2) Composição:

	Jun-23	Jun-22
Rendas de equalização - PMC (a)	997	297
Rendas de equalização - PROTAXI (a)	1	2
Atualização monetária depósitos judiciais	548	370
Bônus recebidos	148	192
Atualização monetária de bônus PESA	17	390
Outros	-	23
Total	1.711	1.274

- (a) Refere-se a equalização de custos financeiros regulamentada no Decreto nº 7.798 de 05 de maio de 2000, e alterações posteriores, pelas Resoluções do Conselho Deliberativo do Fundese nº 139/2007 e 187/2012 e, estão relacionadas ao crédito concedido no Programa de Microcrédito - PMC do BNDES e na linha de crédito PRÓTAXI.

17. Outras despesas operacionais

	Jun-23	Jun-22
Despesas de pessoal		
Honorários	(1.070)	(1.027)
Benefícios	(2.496)	(2.224)
Encargos sociais	(7.537)	(7.118)
Proventos	(18.459)	(17.091)
Treinamento	(33)	(51)
Estagiários	(192)	(169)
Total	(29.787)	(27.680)
Outras despesas administrativas		
Água, energia e gás	(659)	(568)
Aluguéis	(175)	(177)
Comunicações	(126)	(101)

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Manutenção e conservação de bens	(604)	(359)
Material	(94)	(85)
Processamento de dados	(894)	(732)
Promoções e relações públicas	(129)	(85)
Propaganda e publicidade	(205)	(30)
Publicações	(57)	(92)
Seguros	(69)	(86)
Serviços sistema financeiro	(317)	(263)
Serviços de terceiros	(998)	(760)
Serviços de segurança e vigilância	(492)	(573)
Serviços técnicos especializados	(690)	(563)
Transporte	(57)	(65)
Viagem no país	(161)	(103)
Outras despesas administrativas	(545)	(395)
Despesas de amortização	(861)	(412)
Despesas de depreciação	(843)	(786)
Total	(7.976)	(6.235)
Despesas tributárias		
ISS	(1.166)	(1.023)
COFINS	(3.848)	(2.916)
PIS	(625)	(474)
Outras despesas tributárias	(648)	(439)
Total	(6.287)	(4.852)
Outras despesas operacionais		
Despesas de provisões passivas	(3.362)	(974)
Despesa descontos concedidos em renegociações (1)	(9.310)	(337)
Despesa Obrig. p/ Fundos Financiamento e Desenvolvimento	(179)	(26)
Outras despesas operacionais	(2.457)	(164)
Total	(15.308)	(1.501)

- 1) Três mutuários efetuaram pagamentos antecipados o que gerou um desconto por descapitalização de R\$ R\$ 8.129;

18. Resultado não operacional

	Jun-23	Jun-22
Receitas não operacionais	572	283
Despesas não operacionais (2)	(3.385)	(393)
Total	(2.813)	(110)

- (1) Destaca-se redução por recuperabilidade de um ativo não financeiro mantido para venda, no valor de R\$ 3.372.

19. Imposto de renda e contribuição social

Conciliação dos tributos sobre o lucro

	Jun-23	Jun-22
Provisão para Imposto de Renda - Valores Correntes	(3.544)	(5.371)
(-) Provisão Para Imposto De Renda - Valores Diferidos	(77)	(101)
Ativo Fiscal Diferido - Imposto de Renda	(660)	(346)
	(4.281)	(5.818)
Provisão para Contribuição Social - Valores Correntes	(2.883)	(4.412)
Provisão Para Contribuição Social - Valores Diferidos	(61)	(80)

DESENBANHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo Fiscal Diferido - Contribuição Social	(522)	(261)
	<u>(3.466)</u>	<u>(4.753)</u>
Total de tributos correntes e diferidos sobre o lucro	<u>(7.747)</u>	<u>(10.571)</u>

a) Tributos correntes

Em 30 de junho de 2023 e 2022 ocorreram as seguintes apurações:

	IRPJ	
	jun-23	jun-22
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	31.622	44.646
(+) Adições	17.411	9.481
(-) Exclusões	(28.439)	(22.612)
(=) Lucro/Prejuízo Real	20.594	31.515
(-) Compensação prejuízo fiscal	(6.178)	(9.455)
(=) Lucro/Prejuízo Fiscal	14.416	22.060
IRPJ (15%)	2.162	3.309
Adicional Federal IRPJ ((nº meses * R\$ 20 mil) *10%)	1.430	2.194
(-) Incentivos Fiscais - PAT	(7)	(132)
(-) Incentivos Fiscais - Prorrogação da Licença	(41)	-
Maternidade/Paternidade Lei 11.770 /Dec 7.052		
	<u>3.544</u>	<u>5.371</u>

	CSLL	
	jun-23	jun-22
Lucro contábil antes dos impostos e após participações	31.622	44.646
(+) Adições	17.411	9.481
(-) Exclusões	(28.439)	(22.612)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	20.594	31.515
(-) Compensação de Base Negativa da CSLL	(6.178)	(9.455)
(=) Base de Cálculo/Negativa da CSLL	14.416	22.060
	<u>2.883</u>	<u>4.412</u>
TOTAL TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	<u>6.427</u>	<u>9.783</u>

b) Tributos diferidos

Os créditos tributários diferidos referentes ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal e sobre Prejuízo Fiscal e sobre Base Negativa de CSLL, aplicando-se alíquota de 45%, conforme apresentado a seguir:

	dez/22	Constituição	Reversão	jun/23
a) Créditos tributários				
Provisão para Devedores Duvidosos	2.656	-	(678)	1.978
Provisão para desvalorização TVM	116	394	(80)	430
Prejuízo Fiscal	7.257	1.087	(1.545)	6.799
Base Negativa de CSLL	5.833	876	(1.236)	5.473
Total geral - ativos fiscais diferidos	15.862	2.357	(3.539)	14.680
b) Débitos tributários				
Depreciação diferida	1.954	139	-	2.093
Total de passivos fiscais diferidos	1.954	139	-	2.093

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

c) Estimativa de realização dos créditos tributários

A expectativa de realização dos créditos tributários, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Resolução CMN nº 4.842/2020, que demonstrou a existência de lucros ou resultados tributáveis em apenas 2,5 anos conforme demonstrado a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>Total</u>
Valor Nominal	9.670	4.392	618	14.680
Valor Presente	8.746	3.593	457	12.796

O valor presente dos créditos tributários contabilizados, foram calculados considerando-se a taxa de captação praticada pela Desenbahia.

d) Créditos tributários não reconhecidos

Existem créditos tributários não ativados sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL no montante de R\$ 145.514.

DESENBAHIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

20. Resultados recorrentes/não recorrentes

	jun-23			jun-22		
	Recorrente	Não recorrente	Total	Recorrente	Não recorrente	Total
Receitas da intermediação financeira	88.955	-	88.955	82.542	-	82.542
Despesas da intermediação financeira	(17.607)	-	(17.607)	(16.279)	-	(16.279)
Resultado bruto da intermediação financeira	71.349	-	71.349	66.263	-	66.263
Outras receitas (despesas) operacionais	(33.480)	-	(33.480)	(17.921)	-	(17.921)
Resultado operacional	37.869	-	37.869	48.342	-	48.342
Resultado não operacional (1)	(2.716)	-	(2.813)	-	(110)	(110)
Resultado antes da tributação s/ o lucro e participações	35.056	-	35.056	48.342	(110)	48.232
Imposto de renda e contribuição social (2)	(7.747)	-	(7.747)	(10.490)	(81)	(10.571)
Participações estatutárias	(3.434)	-	(3.434)	(3.586)	-	(3.586)
Lucro líquido	23.875	-	23.875	34.266	(191)	34.075

(1) Em 2023 não houve eventos não recorrentes. Resultado não recorrente em 2022: Receitas de aluguéis de ativo não financeiro mantido para venda no valor de R\$ 260, provisionamento das receitas com aluguel de ativo não financeiro mantido para venda no valor de R\$ 260, rendas com aluguel de espaço do refeitório da sede no valor de R\$ 1, multas no valor de R\$ 15, dividendos de acionistas minoritários não reclamados no valor de R\$ 5, indenização por danos elétricos no valor de R\$ 16, reconhecimento de perda em operação de crédito de R\$ 5 e desvalorização de ativo não financeiro mantido para venda de R\$ 113.

(2) Impacto dos eventos não recorrentes na tributação sobre o lucro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

21. Partes relacionadas

A Desenbahia possui as seguintes partes relacionadas:

- Governo do Estado da Bahia: Acionista majoritário;
- Diretoria Colegiada, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário: Pessoal-chave da Administração;
- FUNDESE: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - Fundese, sendo que seus recursos são aplicados em empréstimos a pessoas jurídicas e físicas, segundo critérios estabelecidos nas Leis Estaduais nº 6.445, de 7 de dezembro de 1992 e 7.599, de 7 de fevereiro de 2000, não cabendo ônus algum no caso de eventual inadimplência. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2023 montam R\$ 1.458.785 (R\$ 1.386.209 em 31 de dezembro de 2022), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação;
- FUNDURBANO: A Agência é a gestora do Fundo de Desenvolvimento Urbano - Fundurbano, que se encontra em liquidação. A Lei nº 8.829, de 9 de outubro de 2003, que autoriza o Poder Executivo a promover a liquidação e extinção do Fundurbano, determina no seu art. 1º que os recursos provenientes do retorno das aplicações do Fundo, sob a forma de amortização do principal, atualização monetária, juros, multas, comissões e resgates de aplicações no mercado financeiro serão destinados à realização de aporte de capital na Desenbahia. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2023 montam R\$ 314 (R\$ 314 em 31 de dezembro de 2022), e estão devidamente registrados em conta específica de compensação. As operações de crédito do fundo foram liquidadas em maio de 2018, restando apenas a regularização de valores bloqueados judicialmente para que o fundo seja liquidado na íntegra;
- FGBP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pela Administração direta ou indireta do Estado da Bahia, em virtude das parcerias público-privadas celebradas nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, desde que previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2023 montam R\$ 340.516 (R\$ 322.917 em 31 de dezembro de 2022);
- FGAP: A Agência é gestora do Fundo Garantidor do Aporte da Ponte - FGAP, que tem por finalidade precípua prestar garantias de pagamento do aporte de recursos de que trata o parágrafo 2º do artigo 6º da Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, assumido pelo parceiro público estadual no contrato de Parcerias Público-Privadas na modalidade concessão patrocinada para a execução das obras e dos serviços necessários à construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador-Ilha de Itaparica. Este fundo tem natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e está sujeito a direitos e obrigações próprias. Os recursos desse fundo em 30 de junho de 2023 montam R\$ 605.172 (R\$ 569.207 em 31 de dezembro de 2022);

DESENBABIA - AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DA BAHIA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Transações mantidas pela Desenbahia com essas partes relacionadas:

	Saldos a Receber (Pagar) - Ativo (Passivo)	
	jun-23	dez-22
Taxa de administração - Fundese	3.432	3.355
Rendas de equalização - Fundese	384	150
Taxa de administração - FGBP	98	96
Taxa de administração - FGAP	330	327
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	40	40
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	162	162
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(33.377)	(18.313)
Remuneração diretoria colegiada	(150)	(328)
Total	(29.081)	(14.511)

	Receitas (Despesas) incorridas no período	
	jun-23	jun-22
Taxa de administração - Fundese	20.213	18.004
Rendas de equalização - Fundese	998	299
Taxa de administração - FGBP	556	416
Taxa de administração - FGAP	1.894	1.297
Ressarcimento despesas - Secretaria de Turismo	-	-
Ressarcimento despesas - Secretaria de Administração	-	-
JCP - Estado da Bahia e acionistas minoritários	(27.000)	(21.900)
Remuneração diretoria colegiada	(1.142)	(930)
Remuneração conselho de administração	(208)	(220)
Remuneração conselho fiscal	(47)	(82)
Remuneração comitê de auditoria estatutário	(28)	(28)
Total	(4.764)	(3.144)

22. Provisão para riscos processuais

De acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as ações com os riscos avaliados como provável foram provisionadas, conforme abaixo:

Natureza	Dez-22	Constituição	Atualização	Reversão	Jun-23
Trabalhistas	13.464	2.330	849	(2.201)	14.442
Cíveis	8.626	1.172	587	-	10.385
Fiscais	374	-	25	-	399
Total	22.464	3.502	1.461	(2.201)	25.226

Não são reconhecidos contabilmente os montantes envolvidos em ações classificadas com risco de perda possível, cujos valores totais estimados são:

Natureza	Dez-22	Constituição	Atualização	Reversão	Jun-23
Trabalhistas (1)	29.284	20.057	1.803	(2.231)	48.913
Cíveis	67.224	-	4.369	-	71.593
Fiscais	1.364	203	92	-	1.659
Total	97.872	20.260	6.264	(2.231)	122.165

- (1) O incremento do risco possível trabalhista decorre de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-funcionários não concursados que tiveram seus vínculos trabalhistas encerrados em maio de 2017 por iniciativa desta Agência de Fomento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

Processo nº 0110544-77.1999.8.05.0001

Em março de 2018, houve um ingresso de pedido de cumprimento de sentença referente à ação de embargos à execução nº 0110544-77.1999.8.05.0001, postulando que a Desenhahia pagasse o valor de R\$ 66.198. Na ação de embargos à execução foi arguida a nulidade dos encargos financeiros da operação de crédito, buscando revisar os títulos, reconhecer a quitação da operação com pagamentos já efetuados e devolução de eventuais valores pagos a maior.

Em julho de 2018, a Agência incorreu em uma perda com os honorários sucumbenciais de R\$ 13.699, com provisionamento anterior ao citado cumprimento de sentença. Posteriormente, foi apresentado outro cumprimento de sentença, sem que o anterior tivesse sido julgado, no valor de R\$ 22.388. A Desenhahia apresentou impugnações ao cumprimento de sentença alegando que não poderia ser apresentado novo cumprimento de sentença quando há um anterior pendente de julgamento, dentre outras matérias. As impugnações foram julgadas em julho de 2023, confirmando o valor da condenação em R\$ 29.760. Contra a sentença cabe recurso, que será manejado pela Desenhahia. O valor do risco foi atualizado para R\$ 29.760, em setembro de 2022. Baseado na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Administração não constituiu provisão para perdas em relação ao citado processo judicial, já que este foi classificado com prognóstico de perda possível.

Processo nº 37.252.720-5

Em dezembro de 2020, o processo fiscal 37.252.720-5 foi reconhecido como obrigação legal, no valor de R\$ 2.924, conforme termo de perempção nº 0.481/2020 lavrado pela Receita Federal do Brasil, determinando constituição do crédito para cobrança relativo a incidência previdenciária sobre participações no lucro. A Desenhahia ingressou com ação judicial (processo 1000406-95.2021.4.01.3300) para suspender a exigibilidade deste crédito e continuar discutindo o mesmo. A demanda foi julgada improcedente e em virtude do óbice previsto pela Súmula 7 do STJ, a Desenhahia deixou de recorrer e arcou com os ônus sucumbenciais do processo, já depositados em juízo. O processo transitou em julgado em janeiro de 2023, mas os depósitos judiciais realizados pela Desenhahia ainda não foram revertidos em favor da União.

Processo 0001858-93.1996.805.0001

Em dezembro de 2022, a Agência classificou com o prognóstico de perda provável o processo judicial 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de manutenção de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com baixa probabilidade de reversão nas instâncias superiores. Em que pese não tenha havido estipulação expressa do valor da condenação pelo Judiciário baiano, o lançamento foi atualizado para R\$ 3.865, em observância ao que dispõe o Código de Processo Civil brasileiro a respeito do tema. Foi interposto Recurso Especial, não admitido, e

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Em 30 de junho de 2023
(Valores expressos em milhares de Reais)

posteriormente, Agravo em Recurso Especial que ainda está pendente de julgamento.

Em alguns destes processos, a Desenbahia efetuou desembolsos como garantia, os quais estão depositados em juízo, atualizados de acordo com a Lei. Demonstramos a seguir o comportamento desses valores no exercício findo em 30 de junho de 2023, que se encontram registrados na rubrica “Outros créditos” (nota explicativa nº 7):

Natureza	Dez-22	(+) Depósitos efetuados	(+) Atualização monetária	(-) Depósitos levantados	Jun-23
Trabalhistas	4.259	1.949	178	(967)	5.419
Cíveis	2.952	746	51	(507)	3.242
Fiscais	8.754	-	319	(25)	9.048
Total	15.965	2.695	548	(1.498)	17.709

23. Benefícios a empregados

(1) Benefícios de curto prazo a empregados

São compostos notadamente pelas despesas de pessoal. Detalhes sobre estas despesas de benefícios a empregados, encontram-se na nota explicativa nº 17.

(2) Planos de contribuição definida

A Desenbahia é participante de um plano de previdência complementar na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), constituído com a finalidade de garantir reservas financeiras complementares à da previdência social oficial para seus colaboradores, como patrocinador de um plano aberto gerenciado pelo Bradesco Vida e Previdência, não incorrendo, desta forma, em nenhum risco para a Agência.

Esse Plano é constituído pela acumulação de recursos financeiros obtidos através de contribuições efetuadas pela Desenbahia e pelos participantes inscritos de acordo com parâmetros de elegibilidade estabelecida no regulamento básico do plano.

As contribuições da Desenbahia são limitadas a 12% do total da folha de pagamento de pessoal em cada ano e estão sendo integralizadas desde o mês de janeiro de 2000, obedecendo aos seguintes limites:

- **De janeiro de 2000 até dezembro de 2004:** até 12% da remuneração do participante;
- **A partir de janeiro de 2005:** até 10% da remuneração do participante.

Durante o semestre findo em 30 de junho 2023, as contribuições da Desenbahia para esse plano totalizaram o montante de R\$ 1.160 (R\$ 1.057 em 2022).

24. Seguros

Em 30 de junho de 2023, a Agência possui apólice de seguro contra incêndio, raio, explosão e danos materiais em geral, para os bens do ativo imobilizado, num montante de R\$ 38.061 (R\$ 38.061 em 31 de dezembro de 2022), considerado suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas.

Com relação às operações de crédito, é política da Desenhahia solicitar aos mutuários que contratem cobertura de seguros para os bens que são oferecidos em garantia dessas operações.

25. Gerenciamento de riscos e Análise de Sensibilidade

A Desenhahia adota um modelo de gestão integrada dos riscos a que está exposta, tendo como referência a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central. Além do conjunto de normas publicadas por este Conselho, dão suporte à Gestão de Riscos as políticas internas que definem sua estrutura e os procedimentos adotados.

O Gerenciamento de Riscos tem como objetivo identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos a que a instituição está exposta. Considera-se como mais relevantes na gestão os riscos de crédito, concentração, de liquidez, operacional e de mercado, além da gestão de capital.

Desde 2017, quando da entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.557, a Desenhahia alterou de forma significativa sua estrutura de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital, estando desde então de forma integrada inclusive com a gestão de Compliance (base normativa Resolução CMN nº 4.595), sendo refletido nas políticas, diretrizes e rotinas, assim como estrutura de governança corporativa.

25.1. Risco de crédito

A gestão do risco de crédito da Desenhahia visa avaliar, acompanhar e monitorar o risco global da carteira de empréstimos e a classificação de risco das operações de crédito, através da aplicação de metodologias compatíveis com as melhores práticas de mercado, utilizando modelos confiáveis de mensuração dos níveis de exposição ao risco de crédito, bem como estabelecendo uma política de limites e alçadas em conformidade com as boas práticas da governança corporativa.

Os modelos adotados pela Agência acompanham as disposições contidas nas Resoluções CMN nº 4.557/17 e nº 2.682/99 e asseguram que o risco global da carteira de empréstimos seja monitorado, controlado, e acompanhado através dos cálculos da taxa de inadimplência, dos índices de provisão e de concentração por porte, grupo econômico, setor de atividade, rating e localização geográfica. Os resultados obtidos na análise de risco da carteira subsidiam a tomada de decisão no sentido de transferir ou direcionar recursos para os projetos que

apresentem a melhor relação entre aderência e rentabilidade, com o objetivo de aperfeiçoar a carteira. No primeiro semestre de 2023, o índice de inadimplência da carteira foi de 4,0%, patamar superior ao observado no segundo semestre de 2022, que foi de 1,69%.

As parcelas referentes às exposições ao risco de crédito, pelo fator de ponderação de risco a elas atribuído estão refletidas no valor das suas exposições pelo fator de risco - RW_{ACPAD} .

25.2. Risco operacional

O risco operacional está associado à possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição incluem o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

A metodologia adotada reflete o contínuo aprimoramento da gestão de riscos e controles internos da Agência e procura assegurar que:

- Os riscos inerentes às atividades sejam identificados, avaliados e controlados, bem como mantidos nos níveis e limites aceitáveis, definidos pela alta Administração;
- A estrutura de controles internos seja continuamente revisada, considerando os riscos existentes nos processos de negócio, minimizando os custos associados a riscos não controlados e/ou atividades de controle desnecessárias;
- As recomendações sejam devidamente implementadas com o objetivo de minimizar o risco operacional de os procedimentos estarem em não-conformidade com as leis e os regulamentos (internos e externos), especialmente nos casos em que haja exposição a multas e/ou sanções de órgãos reguladores;
- Os objetivos estratégicos da Agência sejam atendidos, bem como os critérios regulamentares vigentes.

A Desenbahia, em função de sua estrutura, tamanho e grau de exposição aos riscos, adota a abordagem do indicador básico para cálculo de alocação de capital referente a risco operacional - RW_{AOPAD} .

25.2.1. Análise de sensibilidade

Em atendimento ao art.35º da Resolução BCB nº 2/2020, a Desenbahia realizou análise de sensibilidade através da aplicação de três cenários em linha com suas políticas de risco, aplicando os fatores a seguir em seus principais ativos e passivos, sujeitos às oscilações importantes e respectivos impactos no resultado líquido da instituição:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

- **Otimista:** consideramos uma elevação de 5% na concessão de financiamento, melhoria na qualidade do crédito em 5% (PCLD menor), aumento de 1,0% nos rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 5% de redução na despesa com contingências e 5% de aumento com recebimento com taxas de administração de fundos.
- **Pessimista:** consideramos uma redução de 5% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 5% (PCLD maior), redução de 1,0% nos rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 5% de aumento nas despesas com contingências e 5% de redução com recebimento com taxas de administração de fundos.
- **Pessimista+:** consideramos uma redução de 10% na concessão de financiamento, deterioração na qualidade do crédito em 10% (PCLD maior), redução de 1,5% nos rendimentos de TVM em relação ao cenário base, 10% de aumento nas despesas com contingências e 10% de redução com recebimento com taxas de administração de fundos.

O impacto da oscilação de cada rubrica no lucro líquido previsto para o exercício, em cada cenário previsto, está evidenciado na tabela abaixo:

	Efeito no lucro líquido		
	Otimista	Pessimista	Pessimista +
Rendimento TVM	+ 5.101	- 2.836	- 4.254
Concessão de Crédito	+ 304	- 304	- 609
Despesa com PDD	+ 627	- 628	- 1.255
Despesa com Contingência	+ 1.000	- 1.000	- 2.000
Receb. de taxas com adm de fundos	+ 1.350	- 1.350	- 2.700

Obs.: Lucro líquido previsto no cenário base: R\$ 57.679.

25.3. Risco de mercado

O risco de mercado decorre da probabilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. O gerenciamento do risco de mercado da Desenbahia tem por objetivo auxiliar a Agência na definição de estratégias de atuação para a otimização de resultados e apresentação das posições mantidas pela Agência, bem como no estabelecimento de limites operacionais de descasamento de ativos, passivos e moedas.

Desde o início de 2022, a Desenbahia adota o índice de cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária (IRRBB) como metodologia utilizada para quantificação da exposição ao risco de mercado.

O cálculo do IRRBB decorre da avaliação da suficiência do valor de Patrimônio de Referência (PR) mantido para a cobertura do risco de variação das taxas de juros em instrumentos classificados na carteira bancária a partir da apuração do Δ NII, seguindo a orientação da Circular Bacen nº 3.876/2018.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

A perda máxima esperada, sob condições normais de mercado, no primeiro semestre de 2023 ficou em R\$ 16,8 milhões, corresponde a 2,39% do patrimônio de referência (R\$ 702,9 milhões) da Agência abaixo do limite estabelecido pela Agência, de 5%.

Como a Agência não dispõe de operações classificadas na carteira de negociação, não está submetida ao cálculo das parcelas RWAJUR, RWACOM, RWACAM e RWAACS.

25.4. Risco de liquidez

A Desenhahia dispõe de política de gerenciamento de liquidez adotada com base na Resolução CMN nº 4.557/17. O risco de liquidez da Agência decorre da possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

A estratégia adotada pela Agência para o gerenciamento do risco de liquidez é composta dos seguintes pontos:

- Controle das disponibilidades e monitoramento das previsões de entradas e saídas de recursos, de modo a antecipar potenciais necessidades de caixa;
- Manutenção da Reserva de Liquidez, constituída de Reserva Obrigatória e Reserva Contingencial.

25.5. Risco Social, Ambiental e Climático

A Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), em vigor desde 2014, foi aprimorada para atender aos novos requisitos da Resolução CMN nº 4.943/2021, incorporando agora o risco climático. Assim, foi estabelecida a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC).

Essa adaptação exigiu uma modificação no Sistema de Gerenciamento de Risco Socioambiental (SARAS), que passou a incluir a avaliação do aspecto climático nos setores econômicos. As três categorias de risco (social, ambiental e climático) são avaliadas em conjunto, resultando em uma única nota que reflete o grau de risco, podendo ser baixo, médio ou alto. A classificação com base nesses critérios teve início na Desenhahia em 2018, e a análise de todos os processos classificados desde então, e não cancelados, mostra que a grande maioria apresenta grau de risco social, ambiental e climático baixo. Antes da inclusão da dimensão climática na atribuição do grau de risco, ocorrida somente em 2022, apenas os aspectos social e ambiental eram avaliados.

O módulo para Gerenciamento do Risco Socioambiental (SARAS) está em conformidade com a Resolução CMN nº 4.943/21 do BACEN e com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), além de atender à Resolução CMN nº 4.945/21.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

25.6. Gerenciamento de capital

Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Desenbahia definiu sua política de gerenciamento de capital com o objetivo de monitorar e controlar o capital da Agência para mantê-lo compatível com as atividades desenvolvidas e com o perfil de riscos da Instituição, além de atender aos critérios regulamentares vigentes.

Para avaliação e monitoramento do capital foram adotadas como medidas o Patrimônio de Referência (PR) que corresponde ao capital à disposição da Agência e as parcelas dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), representado pelo montante de capital necessário à cobertura das suas necessidades para apoiar o desenvolvimento das atividades e fazer frente aos riscos incorridos seja em situações normais ou em condições extremas de mercado.

Dentro do contexto, é avaliada a adequação da estrutura de capital às necessidades da Agência e aos limites exigidos pelo BACEN, cujas apurações têm como base as Resoluções CMN nº 4.955/21 e nº 4.958/21, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e dos requerimentos mínimos de patrimônio e adicional de capital principal compatível com os riscos, representado pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), conforme demonstrado a seguir:

	Jun-2023	Dez-2022
Parcela RWA OPAD	227.740	222.524
Parcela RWA CPAD	542.915	545.059
Ativos ponderados pelo risco - RWA (a)	770.656	767.582
Patrimônio de referência nível I - PR_I	702.944	704.922
Capital principal	702.944	704.922
Capital complementar	-	-
Patrimônio de referência nível II - PR_II	-	-
Patrimônio de referência - PR	702.944	704.922
Excesso de recursos aplicados no permanente	-	-
Patrimônio de referência para limite de compatibilização (b)	702.944	704.922
Capital destacado para operações setor público (c)	300.000	300.000
PR para comparação com o RWA (d = b-c)	402.944	404.922
Parcela RBAN (e)	16.779	15.841
Patrimônio de referência mínimo exigido para o RWA	78.432	77.248
Margem / Insuficiência (g = d-f)	324.512	327.674
Índice de Basileia: PR/RWA	52,29%	52,75%

26. Outros Assuntos

Auditoria do Tribunal de Contas do Estado da Bahia

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 30 de junho de 2023

(Valores expressos em milhares de Reais)

Em abril de 2017, foi expedida Resolução nº 028/2017 do TCE, que declarou a ilegalidade do Contrato de Concessão nº 002/2010, firmado para a construção e operação da Arena Fonte Nova, determinando, dentre outros pontos, que o Estado da Bahia e a Fonte Nova Participações apresentassem, de modo conjunto e no prazo de 120 (cento e vinte) dias contados da publicação, estudo visando à reavaliação e readequação econômico-financeira do contrato de concessão, com nova definição da matriz de risco do contrato.

Foram interpostos recursos contra esta decisão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado, requerendo a revisão de suas determinações. Até a conclusão dos julgamentos destes recursos, não se pode considerar definitiva a decisão do órgão de controle e nem tampouco ser exigida a apresentação do estudo mencionado na resolução, devendo o prazo de 120 dias ser contado a partir do trânsito em julgado da decisão administrativa. Saliente-se ainda que foi celebrado o Quinto Aditivo ao Contrato de Concessão nº 02/2010, a fim de equacionar divergências referentes à execução contratual e reduzir despesas do erário, com base num estudo técnico realizado para atender o pleito do Tribunal de Contas do Estado.

Vale esclarecer que a Desenhahia atua como interveniente no referido contrato de PPP e sua participação ocorre apenas no mecanismo de pagamento da contraprestação pública, previsto na Lei Estadual nº 11.447/2009, cuja finalidade é assegurar às concessionárias signatárias de contratos de PPP o integral, pontual e fiel adimplemento das obrigações contraídas pelo Poder Concedente, o Estado da Bahia. Saliente-se que o gerenciamento e a movimentação dos recursos são feitos exclusivamente pelo Banco do Brasil, na qualidade de Agente de Pagamento. A Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia informa mensalmente à Desenhahia o valor da contraprestação devida nos termos de cada contrato de PPP. A Desenhahia então repassa as informações ao Banco do Brasil, que por sua vez providencia o pagamento de cada concessionário.

Sendo assim, considerando a limitação da posição contratual da Desenhahia, as determinações constantes da Resolução nº 028/2017 do TCE não tem o condão de causar qualquer impacto no patrimônio desta Agência, não recaindo sobre ela quaisquer responsabilidades ou eventuais sanções, tanto que não há qualquer recomendação da Corte de Contas para a Desenhahia.

27. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes para o período reportado.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

João Batista Aslan Ribeiro

Conselheiros

Antônio Félix Macêdo Mascarenhas
Cícero de Carvalho Monteiro
Francisco Alfredo M. de Sousa Miranda
Marcelo Borges Weckerle
Paulo de Oliveira Costa

DIRETORIA

Presidente e Diretor de Administração e Finanças
Paulo de Oliveira Costa

Diretor de Desenvolvimento e Negócios
Agenor Martinelli Braga

Diretor de Operações
Marko Svec Silva

Marcelo Borges Weckerle
Gerente Financeiro

Antônio Vinícius de Santana Tôrres

Contador - CRC-Ba 24.277/O-0



Comitê de Auditoria Estatutário - CAE

Vitor César R. Lopes

André Luis Rocha de Souza

RELATÓRIO DE APRECIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023 PELO COMITÊ DE AUDITORIA DA DESENBAHIA

Salvador

2023

Sumário

1. INTRODUÇÃO	66
2. A APRECIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	67
2.1 BALANÇO PATRIMONIAL	68
2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO & DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE.....	68
2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	68
2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	69
2.5. NOTAS EXPLICATIVAS.....	69
2.5. DO PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE.....	69
3. SUPERVISÃO/AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	71
4. CONCLUSÕES	75
REFERÊNCIAS	76

1. INTRODUÇÃO

As Demonstrações Financeiras são importantes relatórios e, ao mesmo tempo, instrumento contábeis de comunicações que permite aos *stakeholder* compreender a situação financeira e patrimonial da entidade, neste caso, a Desenhahia. Possui papel estratégico e necessário para a tomada de decisão e deve atender às legislações vigentes, bem como, refletir a posição patrimonial da entidade em determinado período.

Nesse sentido, torna-se importante, também, que o processo de gestão de risco ocorra de forma sistemática, sendo gerido através de ações integradas, por meio de estruturas corporativas envolvendo as diversas hierarquias, garantindo segurança e proteção aos *stakeholders*, como também o alcance do objetivo finalístico da instituição, conforme previsto no Manual de Gestão Integrada de Risco e de Capital da companhia.

Em face do exposto, o presente relatório teve por objetivo apresentar os resultados da apreciação das demonstrações financeiras da Desenhahia, pelo Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, **relativas ao primeiro semestre de 2023**. Para tanto, foram analisadas as Demonstrações Financeiras, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração de Resultado Abrangente, Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstrações dos Fluxos de Caixa, e Notas Explicativas.

Para apoiar a apreciação das atividades pelo CAE, procedeu-se com a adaptação do *checklist* desenvolvido a partir do Guia para Comitês de Auditoria: Na direção certa, elaborado pela Ernst & Young (2015), bem como, adequado conforme considerações do CAE/Desenhahia, cujo objetivo foi nortear e servir de diretrizes para a realização dos trabalhos do CAE. Assim, o guia foi utilizado, neste caso, para apoiar a apreciação das demonstrações financeiras da companhia e considerando as atribuições e limites do CAE.

Segundo o que determina o Art. 15 da Resolução BACEN/CMN Nº 4.910/2021,

Art. 15. O comitê de auditoria deve elaborar, para as demonstrações financeiras relativas aos períodos findos em 30 de junho e 31 de dezembro, relatório contendo, no mínimo, as seguintes informações:

(...)

VII - avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento das normas emanadas do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com descrição das deficiências detectadas.

(...)

§ 2º As instituições devem divulgar, juntamente com suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, semestrais e anuais, resumo do relatório do comitê de auditoria, evidenciando as principais informações contidas nesse documento.

Assim, diante do exposto, o CAE procedeu, a seguir, com a apreciação das demonstrações financeiras enviadas pela contabilidade, em 25 de julho de 2023, relativo ao exercício findo em 30/06/2023, cujas análises serão incorporadas no relatório a ser apresentado pelo CAE, conforme o supracitado dispositivo.

2. A APRECIÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Comitê de Auditoria Estatutário (CAE), recebeu, da Unidade de Controle Contábil da Desenhahia, as demonstrações financeiras (DFs) da Desenhahia, relativa ao período findo em 30 de junho de 2023. Desse modo, o comitê iniciou o processo de apreciação das demonstrações, com o objetivo de verificar o alinhamento às legislações vigentes, em especial àquelas emitidas pelo Banco Central, sob as quais a companhia encontra-se submetida.

Não obstante, cumpre destacar que não é papel do CAE realizar edições nas DFs, mas de atuar na avaliação com a finalidade de verificar se os conteúdos e informações divulgadas atendeu, em sua produção, ao rigor exigido pelas legislações e práticas contábeis geralmente aceitas, bem como, normativos específicos emitidos pelo Banco Central do Brasil e, internamente, àqueles emitidos pela Desenhahia. Assim, busca-se garantir que as DFs publicadas representem fidedignamente a situação econômico-financeira da Desenhahia, apresentem conteúdos materiais e relevantes para a tomada de decisão dos *stakeholders*, bem como, estejam alinhadas com os demais relatórios reportados às partes interessadas e as Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs aplicadas à companhia. Ressalta-se que o papel do CAE é o de analisar o atendimento das DFs aos dispositivos legais e normativos, bem como, regulamentos e políticas vinculadas, com a finalidade de assessorar o Conselho de Administração da Desenhahia e acompanhar as atividades, bem como, contribuir na melhoria contínua e integridade do controle interno.

Feito os esclarecimentos iniciais, passa-se às considerações das demonstrações financeiras.

No geral, observa-se, quanto a apresentação, que as Demonstrações Financeiras da Desenhahia seguem às exigências das normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como, às Normas Brasileiras de Contabilidade - NBCs vigentes e aplicadas à companhia. Destaca-se que a companhia é uma instituição cujo funcionamento é autorizado pelo Banco Central, sendo, portanto, fiscalizada, normatizada e autorizada a funcionar conforme normas emitidas por esta instituição, além dos normativos decorrentes do Conselho Monetário Nacional - CMN. Não obstante, importa ressaltar que não se aplica à apreciação das DFs da Desenhahia as Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas e Gerais 26 (R5), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, visto que esta não foi aprovada pelo Banco Central do Brasil.

Portanto, após a análise, pode-se destacar que as Demonstrações Financeiras - DFs da Desenhahia seguem as orientações, normas e diretrizes gerais do CMN, em particular, a Resolução 4.818/2020, a qual traz todos os elementos que a unidade de contabilidade deve atender para a publicação das DFs, os quais encontram-se contemplados nas DFs em comento. Não obstante, pontua-se que os níveis de detalhamento das contas contidas nas DFs consideram a materialidade e relevância, observando, assim, as orientações contidas na Resolução do Banco Central do Brasil 02/2020, que em seu Art. 19, destaca a necessidade de “[...] apresentar os saldos de todos os grupamentos contábeis relevantes para a compreensão de sua situação patrimonial”. Ademais, o detalhamento das informações materiais e relevantes, bem como as informações necessárias ao entendimento dos valores evidenciados nas DFs estão, em detalhes, explicitados nas Notas Explicativas emitidas pela área de contabilidade.

No tocante aos ativos intangíveis, destaca-se que a NBC TSP 08 não se aplica à Desenhahia e que a NBC 04 não foi recepcionada pelo CMN, pelo que a companhia segue as diretrizes decorrentes da Resolução 4.534/2016 que versa sobre as orientações necessárias à matéria.

Assim, conforme já exposto, as DFs estão ancoradas nos pilares estabelecidos pelos CMN, Banco Central do Brasil, além daqueles normativos decorrentes da Lei das Sociedades Anônimas – 6.404/76, e, dentre outras, a Resolução do CMN 4.966/2021.

Observa-se, ainda, que foram evidenciados, por meio das Notas Explicativas, as provisões para riscos processuais, conforme CPC 25, tanto as de natureza trabalhistas, quanto àquelas de natureza civil e fiscal.

Dessa forma, pontua-se que não houve mudanças na base de elaboração e apresentação que sejam relevantes e/ou mereçam destaques.

Assim, a seguir, apresenta-se a análise das informações patrimoniais do primeiro período de 2023 em relação ao exercício de 2022.

2.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Em relação ao Balanço Patrimonial, observou-se que os níveis sintéticos de evidenciação das contas seguem as orientações emitidas pelo CMN.

No tocante aos ativos, observou-se: queda de 7% nas aplicações interfinanceiras de 2022 para 2023; baixa de 100% os títulos de valores mobiliários de curto prazo, sendo os mesmos reclassificados para títulos e valores mobiliários de médio e longo prazo; e crescimento de 75% dos ativos intangíveis. Já em relação aos passivos, observou-se uma queda de 63%, em relação a obrigações fiscais correntes de curto prazo, enquanto as provisões, de curto prazo, aumentaram em 74%. No que se refere as reservas de lucros, observou-se uma redução de 12%, entre 2022 e o primeiro semestre de 2023.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em relação aos resultados do primeiro semestre da Desenbahia, observou-se um incremento de 8% nas receitas de intermediação financeira. Destaca-se que os resultados com operações com títulos e valores mobiliários apresentou um crescimento de 38% quando comparado ao período anterior.

As despesas com intermediação financeira, cresceram 8%. No tocante às provisões para perdas associadas ao risco de crédito, observa-se, no primeiro semestre de 2023, um aumento de 196%.

Em relação as outras receitas/despesas, observou-se que: o primeiro semestre apresentou um aumento de 87% das outras despesas, que foram superiores às outras receitas, sendo observado um incremento substancial em outras despesas operacionais de mais de 900%.

No tocante o imposto de renda e contribuição social, observou-se uma queda de 27%. Por fim, observou-se uma queda, também, no resultado do período da Desenbahia, cujo lucro líquido caiu 30%.

2.2.1 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Quanto aos resultados abrangentes, não se observou movimentação no período que demandasse análise.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No que se refere as demonstrações das mutações do patrimônio líquido. No período a variação do patrimônio foi negativa de 2%. O lucro líquido foi destinado a reservas legal, estatutária e especial.

2.4 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

No tocante aos fluxos de caixa, quando comparado o primeiro semestre de 2023 com o primeiro semestre de 2022, foi possível verificar: (i) Constituição (Reversão) da provisão para operação de crédito – queda, de, aproximadamente, 379%; (ii) que houve um incremento de 245% na Constituição da provisão para perdas em processos judiciais; e (iii) de 804% para a Constituição de provisão não operacional.

Quanto ao caixa líquido aplicado nas atividades operacionais, observou-se uma queda de 214%, enquanto o caixa líquido (aplicado)/oriundo nas atividades de investimento cresceu 502%. Já o caixa líquido oriundo das (aplicado nas)/atividades de financiamento cresceu 89%, cuja variação final no caixa foi negativa de 265%.

2.5. NOTAS EXPLICATIVAS

As notas explicativas (NEs) da Desenhahia complementaram a análise das demonstrações feita pelo CAE para o período findo em 30/06/2023. Conforme foi possível observar e já contextualizado anteriormente, a companhia reafirma que as demonstrações financeiras foram elaboradas seguindo as orientações e diretrizes gerais do Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central do Brasil (BACEN), em observância da Lei 6.404/1964, bem como, às normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, conforme permitido pelo artigo 77 da Resolução CMN n.º 4.966/2021.

Observa-se ainda que as NEs trazem as principais políticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras. Quanto a adoção da Resolução CMN N.º 4.966/2021 e a Resolução do Banco Central 309/2023, que versam sobre instrumentos financeiros e contabilidade de hedge, a Desenhahia destacou que

O Banco Central do Brasil (Bacen) ainda emitirá normas complementares para a definição dos componentes do instrumento financeiro que constituem pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal para fins de classificação de ativos financeiros, a definição da metodologia de apuração da taxa de juros efetiva do instrumento financeiro, a fixação de níveis mínimos de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e prazos para baixa de instrumentos financeiros e o detalhamento das informações a serem divulgadas em notas explicativas (DESENBAHIA, 2023, p. 2).

Não obstante, destaca-se que as principais políticas contábeis da companhia incluem: (i) Reconhecimento dos resultados; (ii) Caixas e Equivalentes; (iii) Instrumentos Financeiros, os quais incluem: Aplicações Interfinanceiras de liquidez, Títulos e Valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos - sendo que a Desenhahia não opera contratos derivativos – Operações de créditos, obrigações com repasse, Provisões para perdas associadas ao risco de créditos; (iv) Outros Ativos; Imobilização de uso; (v) Intangível; (vi) Redução ao valor recuperável de ativos, dentre outras.

2.5. DO PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Os trabalhos e exames realizados pela auditoria independente compreenderam as Demonstrações financeiras da Desenhahia, relativas ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2023 a 30 de junho 2023, compreendendo ao primeiro semestre de 2023.

Para a elaboração do seu parecer, a auditoria considerou as normas nacionais e internacionais de contabilidade e de auditoria independente, além dos princípios éticos e normativos que regulamentam a atuação das auditorias independentes.

Em síntese, a apreciação da auditoria independente, realizada pela empresa Russell Bedford, contemplou o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa, além das notas explicativas.

Nesse sentido, as suas conclusões da auditoria independente pautaram-se em evidências que segundo a empresa foram robustas o suficiente para fundamentar as suas conclusões, as quais consideraram que as demonstrações financeiras representam, de forma fidedigna, o patrimônio da Desenhahia em 30/06/2023. No tocante as ênfases contidas no relatório da auditoria independente, observou-se as seguintes:

Contingências – Notificações Judiciais: (i) ação de cobrança nº 0102944-11.2018.8.06.0001 teve as impugnações julgadas em julho/2023, cujo valor da condenação foi de R\$ 29.760,00, cuja constituição de perdas não foi provisionada considerando as práticas contábeis e na opinião do jurídico da Desenhahia; (ii) o processo fiscal 37.252.720-5, cujos ônus sucumbenciais do processo foram depositados em juízo pela companhia – segundo a Russell, “[...] O processo transitou em julgado em janeiro de 2023, mas os depósitos judiciais realizados pela Desenhahia ainda não foram revertidos em favor da União. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto; (iii) registrou-se ainda que em dezembro de 2022 foi feito a classificação pela Desenhahia a perda provável do processo 0001858-93.1996.805.0001, em virtude de manutenção de julgamento desfavorável pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, com baixa probabilidade de reversão nas instâncias superiores.

Projeção de resultados para a realização de ativos fiscais diferidos: A Russel destacou os ativos diferidos da Desenhahia relativos a créditos tributários, associados a diferenças temporárias, cuja execução dependerá da verificação de lucros tributáveis futuros. Ademais, a empresa concluiu que “[...] consideramos aceitáveis as projeções de resultados, base para o registro dos ativos fiscais diferidos, e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto”.

Por fim, destacamos que o CAE, dentro dos limites de sua competência e do parecer da auditoria independente, corrobora a conclusão do referido parecer.

3. SUPERVISÃO/AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

QUADRO 1: SUPERVISÃO/AVALIAÇÃO DA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição das Exigências	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS
O CAE:			
Obtém entendimento dos resultados operacionais da companhia e a consistência entre os resultados apresentados e os previstos?	X		
Obtém entendimento sobre o processo de preparação e fechamento das informações financeiras trimestrais/semestrais e das demonstrações financeiras anuais?	X		
Avalia a consistência das informações apresentadas nas demonstrações financeiras com análises extracontábeis antes da aprovação das demonstrações financeiras?	X		
Obtém entendimento de variações significativas de saldos patrimoniais e de tendências ou correlações importantes entre elementos apresentados nas demonstrações financeiras?	X		
Discute com a diretoria executiva e os auditores externos as principais políticas e práticas contábeis adotadas pela companhia?	X		
Obtém entendimento de tratamentos contábeis alternativos adotados pela administração, do motivo pelo qual foram adotados e da opinião dos auditores externos sobre as alternativas adotadas?	X		
Faz indagações à administração e aos auditores externos para identificar as áreas que envolveram julgamentos, estimativas e políticas contábeis significativas utilizados na elaboração das demonstrações financeiras?	X		
Obtém entendimento de novas transações significativas, complexas ou incomuns e de seu efeito sobre as demonstrações financeiras?	X		
Faz indagações à administração e aos auditores externos sobre a forma pela qual avaliam o risco de distorções significativas nas demonstrações financeiras e que medidas tomaram em relação a esses riscos?	X		
Obtém entendimento da razão pela qual a administração não considerou determinados ajustes de auditoria identificados e do seu eventual efeito sobre as demonstrações financeiras?	X		
O comitê considera que as demonstrações financeiras são confiáveis e que foram elaboradas com grau de transparência adequado?	X		
O comitê revê as políticas contábeis da empresa e discute especialmente as políticas críticas com a diretoria e os auditores independentes?	X		
O comitê supervisiona o processo de elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e anuais e as discute antes da divulgação ao mercado?	X		
O comitê se reúne periodicamente com os auditores independentes e com a diretoria para avaliar a qualidade das demonstrações financeiras?	X		
O comitê se reúne com a auditoria interna e com a diretoria para discutir os resultados das auditorias?	X		
O comitê revê os relatórios de recomendação ou as cartas de deficiências da auditoria independente, garantindo que o conteúdo se refere a pontos relevantes e que foram objeto de reflexão da administração?	X		
O comitê compreende os riscos que podem afetar as demonstrações financeiras?	X		

Fonte: Adaptado de EY (2016, p. 44-64).

QUADRO 2: SUPERVISÃO/AVALIAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Descrição das Exigências	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS
As demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, divulgadas ou publicadas pela instituição foram auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliário?	X		
Há uma política de divulgação de informações contábeis que considere o contexto expresso em comentários formais no relatório da administração e formulários de reguladores (referência, 20-F), além de outros documentos da empresa (prospectos, slides, informações divulgadas em documentos oficiais) onde estejam destacadas as informações financeiras relevantes da companhia?	X		
Há um procedimento estabelecido de leitura integral dos documentos a ser disponibilizados ao mercado para analisar e ratificar a consistência das informações prestadas?	X		
As principais operações e seu respectivo contexto foram identificados e estão refletidos nos comentários gerenciais?	X		
Considere, no mínimo, se os seguintes aspectos gerais foram incluídos nos comentários gerenciais: a) Investimento: a alocação dos recursos da companhia foi feita em ativos de maior e/ou menor risco, novos negócios ou reposição de ativos, em capital de giro e/ou capital fixo etc.? b) Financiamento: a captação de recursos foi baseada em recursos próprios e/ou de terceiros? Quais os tipos de dívida? Houve aumentos de capital, emissão de debêntures, contratação de leasing etc.? c) Liquidez e derivativos: o capital de giro demonstra os efeitos do aumento e/ou diminuição das operações (receita) e as condições particulares da gestão do giro no financiamento de vendas (contas a receber), estoques e financiamento de compras (fornecedores), hedge de operações comerciais e financeiras, além de outros aspectos? d) Rentabilidade: a rentabilidade está explicada nas margens de lucro [i.e., relações Lajida (Ebida), Lajir (Ebit) etc.], na eficiência da utilização dos ativos etc?	-	-	NÃO SE APLICA. DEVERÁ CONSTAR DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E AVALIADO QUANDO DA SUA CONFECCÃO
Essas informações estão apresentadas de forma coerente no relatório da administração, nos comentários do item 10 do Formulário de Referência (CVM), no Formulário 20-F (se aplicável) e em outras comunicações da companhia?	-	-	NÃO SE APLICA. DEVERÁ CONSTAR DO RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO E AVALIADO QUANDO DA SUA CONFECCÃO
Foram identificados os interesses dos principais financiadores (acionistas, debenturistas, credores) e suas respectivas necessidades de informação na elaboração das demonstrações financeiras?	X	-	-
As políticas contábeis e os comentários gerenciais abrangem as diversas visões das partes da companhia e suas relações?	X		
As informações dos segmentos de negócio da companhia estão consistentes em todos os relatórios reportados ao público?	X		
Se a companhia divulga suas demonstrações financeiras em diversos mercados, há uma política de conferência do nível de informações proporcionadas a cada mercado? Há um procedimento estabelecido de checagem de que os conteúdos informados são similares e proporcionados nas mesmas bases?	X		
A divulgação de informações relevantes da companhia tem um timing adequado que permita ao analista compreender a informação e posicionar-se no seu processo de tomada de decisão?	X		
Foram identificadas e formalizadas as políticas contábeis para os principais grupos de transações da companhia e os principais formatos de relatórios? Existe o entendimento sobre o processo e a adequação de transações especiais ou complexas envolvendo o uso de entidades com fins específicos (SPE) e a contratação de derivativos?	-	-	NÃO SE APLICA
Foram consideradas as políticas contábeis para os itens que compõem os ativos e os passivos monetários estimados por meio do ajuste a valor presente e suas respectivas taxas de desconto, como o item “contas a receber” e “contas a pagar”?	X		

Descrição das Exigências	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS
As demonstrações financeiras, inclusive notas explicativas, individuais e consolidadas, anuais, semestrais e intermediárias, divulgadas ou publicadas pela instituição foram auditadas por auditores independentes registrados na Comissão de Valores Mobiliário?	X		
Foram consideradas as políticas contábeis para os itens que compõem os ativos e passivos monetários estimados com o método do valor justo por meio do resultado?	X		
Foram consideradas as políticas contábeis para os itens que compõem os investimentos em instrumentos financeiros pelo método do custo amortizado?	-	X	
Foram consideradas as políticas contábeis para os ativos fixos (imobilizado) nas estimativas de vida útil (depreciação) e teste de recuperação (impairment)? E ainda: a) A companhia possui ativos totalmente depreciados significativos? b) Esses ativos podem possuir um valor justo relevante? c) As taxas de vida útil foram revisadas pela administração?	X		
Foram consideradas as políticas contábeis para as operações de hedge e sua efetividade?	-	-	NÃO SE APLICA
Foram identificadas e formalizadas as políticas contábeis críticas com base na visão de risco para os itens destacados nos comentários gerenciais?	X		
Foram identificadas e formalizadas as bases para o julgamento de estimativas contábeis de itens com potencial de variabilidade e impactos nas demonstrações financeiras (políticas contábeis críticas), como: a) Pagamentos baseados em ações? b) Receitas? c) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)? d) Benefícios de aposentadoria? e) Valor justo de instrumentos financeiros? f) Custos de desenvolvimento? g) Provisão para desativação de ativos? h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas?	X		
A companhia tem políticas contábeis definidas sob os aspectos quantitativos e qualitativos para riscos de mercado, riscos de crédito, riscos de liquidez e riscos de gestão do capital social?	X		
A companhia prepara e divulga as suas análises de variação do risco e seus efeitos no resultado e patrimônio?	X		

Fonte: Adaptado de EY (2016, p. 44-64).

QUADRO 3: CHECKLIST PARA AVALIAÇÃO/MONITORAMENTO DE PARTES RELACIONADAS

Descrição das Exigências	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS
Os requisitos de divulgação do NBC TG 05 (IAS 24) para transações com partes relacionadas e os saldos pendentes, incluindo compromissos, foram adotados nas demonstrações financeiras consolidadas, individuais e separadas?	X		
A empresa possui mecanismos de controle para identificar, monitorar e divulgar as transações com partes relacionadas?	X		
O comitê analisa as transações com partes relacionadas e considera que foram reportadas de forma transparente?	X		

Fonte: Adaptado de EY (2016, p. 44-64).

4. CONCLUSÕES

Esse relatório teve por objetivo a apreciação das demonstrações financeiras enviadas pela contabilidade em julho de 2023, relativo ao primeiro semestre de 2023. Para tanto, utilizou-se como base para as análises, as demonstrações financeiras e as notas explicativas. Quanto ao parecer da auditoria independente, a Russel Bedford concluiu que as demonstrações financeiras das Desenhahia “[...] apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Desenhahia em 30 de junho de 2023...de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB)” (RUSSEL BEDFORD, 2023, p. 1-2).

Conclui-se que a Desenhahia reportou as suas demonstrações financeiras e notas explicativas, seguindo as orientações, normas brasileiras de contabilidade e diretrizes gerais do BACEN, CMN, e, em particular, a Resolução 4.818/2020, a qual traz todos os elementos que a unidade de contabilidade deve atender para a publicação das DFs, como também se observou que as DFs seguem as normas e práticas de contabilidade vigentes e adotadas no Brasil, sob as quais a Desenhahia estão submetidas. Assim, o CAE submeteu o presente relatório ao Conselho de Administração para proceder com a apreciação e aprovação.

Salvador, 23 de agosto de 2023.

Vitor Lopes - Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutária

André Luis Rocha de Souza - Membro do Comitê de Auditoria

REFERÊNCIAS

BRASIL. [LEI Nº 14.183, DE 14 DE JULHO DE 2021](#). Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro.... Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/lei/L14183.htm>. Acesso em: 10/02/2022.

Banco Central do Brasil - BCB. RESOLUÇÃO CMN Nº 4.910, DE 27 DE MAIO DE 2021. Dispõe sobre a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.910-de-27-de-maio-de-2021-322960904#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20prest%C3%A7%C3%A3o%20de,pelo%20Banco%20Central%20do%20Brasil.>>>. Acesso em: 10/02/2022.

_____. RESOLUÇÃO CMN Nº 4.855, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020. Dispõe sobre os critérios para a mensuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações realizadas no âmbito dos programas instituídos com o propósito de enfrentamento dos efeitos da pandemia da Covid-19 na economia. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4855>>. Acesso em: 14/02/2022.

_____. Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acesso em: 13/02/2022.

_____. Resolução nº 2682, de 21 de dezembro de 1999. Dispõe sobre critérios de classificação das operações de crédito e regras para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1999/pdf/res_2682_v2_L.pdf>. Acesso em: 13/02/2022.

_____. CIRCULAR Nº 3.365/2007. Dispõe sobre a mensuração de risco de taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/circ/2007/pdf/circ_3365_v2_l.pdf>. Acesso em: 15/02/2022.

_____. RESOLUÇÃO BCB Nº 2, DE 12 DE AGOSTO DE 2020. Consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas administradoras de consórcio e pelas instituições de pagamento e os procedimentos para elaboração, divulgação e remessa de demonstrações financeiras que devem ser observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-bcb-n-2-de-12-de-agosto-de-2020-271965214>>. Acesso em: 13/02/2022.

Comissão de Valores Mobiliários - CVM. INSTRUÇÃO CVM No 509, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011. Acrescenta artigos à Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, e altera artigos e anexo da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009. Disponível em: <<http://conteudo.cvm.gov.br/legisla%C3%A7%C3%A3o/instru%C3%A7%C3%B5es/inst509.html>>. Acesso em: 10/02/2022.

Conselho Federal de Contabilidade (CFC). NBC TG 25 (R1) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES. Disponível em: [https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25\(R1\).pdf](https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTG25(R1).pdf). Acesso em: 10/02/2022.

_____. NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TG 26 (R5), DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/normas-completas/>>. Acesso em: 10/02/2022.

Desenbahia – Agência de Fomento do Estado da Bahia. Ouvidoria Especializada: Relatório do Diretor Responsável. 2021.

Ernst & Young. **Guia para Comitês de Auditoria:** Na direção certa. 2015. Disponível em:

<https://cdn.ey.com/Check_list_para_Comite_de_Auditoria/files/assets/common/downloads/publication.pdf>. Acesso em: 07/02/2022.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON). Orientações sobre comitês de auditoria: melhores práticas no assessoramento ao conselho de administração. São Paulo: IBGC/IBRACON, 2017. Disponível em:

<https://www.legiscompliance.com.br/images/pdf/manual_comite_auditoria_ibgc_2017.pdf>. Acesso em: 10/02/2022.

DESENBAHIA. Demonstrações Financeiras. 2023. Disponível em: <Comunicação Pessoal por e-mail>. Acesso em: 26/07/2023.

RUSSELL BEDFORD GM AUDITORES INDEPENDENTES. Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis: Referente ao semestre findo em 30 de junho de 2023. Comunicação Pessoal. Agosto/2023.



Desenbahia Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e três, ocorreu a assembleia geral ordinária – AGO dos acionistas da DESENBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S/A, na qual foram eleitos os membros do conselho fiscal, e respectivos suplentes, para o mandato com vigência até a próxima AGO de 2025. Conforme previsto no inciso XI, art. 10º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e no inciso V do art. 3º da Resolução CMN nº 4.970, de 25 de novembro de 2021, os membros eleitos devem ser aprovados por essa autarquia, após análise dos respectivos processos de eleição. Até a presente data, os membros eleitos na AGO citada acima encontram-se sob análise para deliberação do Banco Central do Brasil.